

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
VENDAS NOVAS**



**SESSÃO ORDINÁRIA
DE FEVEREIRO**

ATA N.º 1/2021

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS**Ata n.º 1/2021**

1. Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, por videoconferência, teve lugar uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Vendas Novas, com início às 21 horas, tendo estado presentes todos os membros convocados, nomeadamente:
2. Estiveram presentes os seguintes Membros: Hugo Miguel Seródio Mendes (em substituição da Presidente da Mesa da Assembleia), Cátia Alexandra de Sousa Silva (2.ª Secretária), Valentino Salgado Cunha, Ana Rita de Oliveira Lança, João Diogo Penha Marmeleira, Maria Luís Arranja Martins de Barros, Paulo Jorge Piteira Campino, Sophie Veiga Fontes, Vera Maria Carvalho de Sousa Garcia, Catarina de Jesus Mendes Serrudo, Rúben Alexandre dos Anjos Alves, Maria Clara Cardoso Pereira, João Pedro Jorge Martins, Vítor Dias Serrano, Paula Maria S. Guerreiro Rocharte Valentim (PS), Maria João da Silva Teresa Ribeiro, José Manuel Fernandes, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas (CDU); Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato, Ricardo Manuel Coelho Videira (PSD).
3. Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes: o Presidente da Câmara Municipal, Luís Dias, pela Vice-Presidente, Elsa Caeiro e pelos Srs. Vereadores Ana Barros, Bruno Gomes, Susana Gonçalves, João Teresa Ribeiro e Emília Paulino e pelo Dr. Hélder Fernandes, Chefe da DAF.
4. **O Presidente da Assembleia Municipal**, saúda todos os presentes na Assembleia Municipal e todo o público que os escuta através da Rádio Granada.
5. Informa que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal está ausente por motivos de saúde, cabendo-lhe a si dirigir os trabalhos da presente Assembleia Municipal.
6. Informa que, para dar cumprimento ao disposto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A de 2020, de 19 de março, iria ser feita a gravação de áudio e imagem da referida sessão para posterior colocação no sítio eletrónico da Autarquia e a Rádio Granada está a transmitir o áudio da sessão.
7. Informa ainda que como não há folhas de presença, o que vai servir para atestar a presença, para todos os efeitos, vai ser a Minuta da Ata.
8. Solicita que auxiliem a mesa e que quando tenham de pedir a palavra, que o façam no chat, sendo mais fácil identificar a ordem de pedido. Fará de seguida a chamada dos membros.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

9. **O Presidente da Assembleia Municipal** informa que, como foi colocado no Edital, o período para intervenção do público durante o qual são prestados esclarecimentos solicitados, o mesmo esteve aberto até ao presente dia até às 12h, não sendo realizadas nenhuma inscrições, por isso não têm intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

10. Inicia com a proposta do **Projeto de Ata n.º 5 de 2020**, questionando se algum dos Membros tem alguma proposta de alteração ao Projeto de Ata n.º 5 de 2020. Informa que existe um erro na primeira página do Projeto da Ata n.º 5 de 2020, devendo ter em conta os pontos 10 e 11, para correção do ponto n.º 2, porque existem algumas lacunas nos Membros que estiveram presentes na votação, mas nos pontos 10 e 11 está correto, sendo que o Projeto de Ata será posteriormente corrigido. Questiona se algum Membro tem alguma proposta de alteração.

11. O **Membro José Leitão** informa que a **Membro Maria João** lhe transmitiu que havia problemas no Projeto de Ata n.º 5, no que diz respeito ao que ela apresentou na Assembleia Municipal.
12. Refere que a Bancada da CDU irá votar contra porque o Projeto de Ata não cumpre com aquilo que está na lei.
13. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **maioria**, com 2 votos contra (CDU), o **Projeto de Ata n.º 5/2020**, referente à sessão realizada no dia 13 de outubro de 2020.
14. Não participaram na votação, por não terem estado presentes na sessão em causa os **Membros João Diogo Penha Marmeleira, João Pedro Jorge Martins, Vítor Dias Serrano, Maria João Teresa Ribeiro, José Manuel Fernandes, Paulo Alexandre Valentim Caçoilas e Custódio Manuel Aldinhas Vale de Gato**.
15. Não votou igualmente a **Membro Maria João Luz**, porque na altura da discussão e votação da referida Ata se encontrava com dificuldades técnicas.
16. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Saúda todos os presentes. Saúda mais uma vez a oportunidade que têm ainda com as presentes dificuldades que a pandemia impõe, mas ainda assim e, citar os serviços da Câmara Municipal por conseguirem, mais uma vez, colocarem-nos a desempenhar aquilo para o qual foram eleitos.
17. Apresenta em nome da Bancada do PSD um **Voto de Saudação**. (Anexo 1/21)
18. Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, o **Voto de Saudação** pela forma como decorreu o processo eleitoral em contexto de pandemia, apresentado pela Bancada do PSD. (Anexo 1/21)
19. Não votou a **Membro Maria João Luz**, porque na altura da discussão e votação do voto em causa se encontrava com dificuldades técnicas.
20. A **Membro Ana Rita Lança** saúda todos os presentes. Apresenta em nome da Bancada do PS uma **Moção “Voto de Pesar pela perda de vidas humanas e Louvor pela dedicação dos profissionais de primeira linha”**. (Anexo 2/21)
21. Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovado**, por **unanimidade**, a **Moção “Voto de Pesar pela perda de vidas humanas e Louvor pela dedicação dos profissionais de primeira linha”**, apresentado pela Bancada do PS. (Anexo 2/21)
22. Não votou a **Membro Maria João Luz**, porque na altura da discussão e votação do voto em causa se encontrava com dificuldades técnicas.
23. O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que se vai proceder a um **minuto de silêncio pelas vítimas da COVID-19**.
24. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que em nome da Bancada do PS apresenta a **Moção de Saudação ao Centenário do Partido Comunista Português**. (Anexo 3/21)
25. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU tinha uma Moção nesse sentido, mas já que o **Membro Valentino Cunha** a apresentou e, não ofende a Bancada da CDU, escusam de ler a Moção sobre a presente questão e votam favoravelmente à presente Moção.
26. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a **Moção de Saudação ao Centenário do Partido Comunista Português**, apresentada pela Bancada do PS. (Anexo 3/21)

27. O **Membro José Leitão** apresenta em nome da Bancada da CDU uma **Proposta**. (Anexo 4/21)
28. Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o referido documento, tendo sido **aprovada**, por **unanimidade**, a **Proposta para que as Minutas das Atas das reuniões de Câmara Municipal, enviadas a esta Assembleia, sejam anexas as declarações de voto apresentadas pelos eleitos nas respetivas reuniões, apresentada pela Bancada da CDU**. (Anexo 4/21)
29. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Saúda todos os presentes e todos os que os seguem através da Rádio Granada a partir de casa.
30. A questão que coloca seria dirigida à **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** que na presente data, infelizmente, não se encontra, mas faz questão de a fazer na mesma para que conste em ata e para que também havendo alguma resposta dos **Membros da Assembleia Municipal** representantes do Partido Socialista os possa esclarecer.
31. Na **Assembleia Municipal** que se realizou no dia 30 de junho do ano passado, sob proposta do **Partido Socialista** foi criada uma **Comissão para Acompanhamento da Recuperação Económica e Social** após o surto de Covid-19. Nos últimos meses como foi abordado na **Assembleia Municipal** e, até na **Moção** anteriormente lida, o país tem vivido o pior momento pandémico, que levou à imposição de novas restrições e confinamentos, com impactos muito severos na economia e na área social do Concelho e, nesse sentido, gostariam de saber da voz da **Presidente da Assembleia Municipal** que também é a **Presidente da Comissão**, qual o ponto de situação dos trabalhos que têm sido realizados e de que forma é que o respetivo conteúdo e contributos têm sido utilizados pelos diferentes agentes com responsabilidade na gestão da pandemia no Concelho.
32. Obviamente que, para o **Presidente em exercício**, a resposta será difícil para si, mas gostariam de a deixar registada até para posterior resposta por parte da **Presidente da Assembleia Municipal**.
33. O **Presidente da Assembleia Municipal** responde como a pergunta é dirigida diretamente à **Presidente da Assembleia Municipal** será dada uma resposta assim que a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** consiga responder.
34. O **Membro José Leitão** menciona que a questão que tem é a seguinte, sabendo que na segunda-feira vão-se iniciar, em todos os Concelhos do País, a educação à distância, gostariam de saber se, por parte da **Câmara Municipal**, sabem informar qual a situação no que diz respeito ao Concelho de Vendas Novas.
35. O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que essa questão poderá ser colocada à **Câmara Municipal** na **Informação da Atividade Municipal**.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1.º Ponto - 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO, PPI E PAM DE 2021

36. O **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 1.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para que seja feita a respetiva introdução.
37. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Cumprimenta o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** em sua substituição e na sua pessoa cumprimentar demais **Mesa**, todos os **Membros da Assembleia Municipal**, os **Senhores Vereadores** presentes, os **colaboradores do Município**, quem os ouve em casa através da **Rádio Granada** e também todos os **Municípios de Vendas Novas** que poderão, *à posteriori*, assistir à reunião.

38. Em relação à Revisão ao Orçamento, refere que no decurso da transição do saldo, o Executivo propôs à reunião de Câmara Municipal e foi aprovada, a revisão com o intuito primário que é, obviamente, no período mais difícil que vivemos de pandemia, conseguir reforçar o Projeto do Fundo de Emergência Municipal que, como tinha sido anunciado, não tinha a totalidade das verbas para o ano 2021.
39. Nesse sentido, fizeram também, todas as alterações de reforço aos projetos que, de alguma forma, aquando da aprovação do orçamento do ano passado já tinham informado a Câmara Municipal e Assembleia Municipal que o iriam fazer, bem como, um conjunto de projetos que não estavam inscritos em sede de orçamento, mas tal como já tinha sido dito, aquando da revisão ao orçamento, iriam, obviamente, fazer a sua criação/introdução no orçamento.
40. Menciona que, grosso modo, há um milhão e quatrocentos e oitenta e três mil euros que transitam do ano de 2020, profundamente afetado obviamente pela situação pandémica que se tem vivido ao longo de todo o ano e, de alguma forma, não lhes foi possível realizar aquilo que tinham previsto para o ano 2020.
41. Refere que o alocaram agora, na melhor forma, mantendo algum equilíbrio entre o que é a resposta imediata na missão de futuro, nomeadamente, e importa frisar isso, com o fim de um Quadro Comunitário que, segundo informações que têm, vai ter majoração nas taxas de financiamento de 85% para 100%, mas também, com o arranque do novo Quadro Comunitário a partir do segundo semestre que, de alguma forma, tem de ser preparado e não deixaram de inculir na revisão.
42. Já no orçamento, tinham uma perspetivação daqueles que são os projetos mais importantes que, segundo as informações que têm no momento, lhes parecem enquadráveis no futuro Quadro Comunitário de apoios que está a arrancar, bem como, na bazuca financeira do PRR, do Plano de Resiliência e Recuperação do País que terá também ele um conjunto de verbas muito importantes para o Alentejo.
43. Nesse sentido e, atendendo a essas circunstâncias, propuseram a presente revisão, encontrando-se disponível para o que for necessário.
44. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Em relação ao presente ponto e, antes de abordar diretamente o ponto, apenas frisar uma primeira constatação. O saldo de gerência de 2020, no valor de praticamente, um milhão e meio de euros é substancialmente superior ao saldo de gerência dos anos anteriores, apenas para recordar. Em 2017, o saldo de gerência foi de cento e cinquenta e seis mil euros, em 2018 o saldo de gerência foi de duzentos e vinte e quatro mil euros, em 2019 foi de trezentos e quarenta e três mil euros e agora estão praticamente em um milhão e meio de euros, números redondos, com os devidos arredondamentos.
45. Menciona que estão a falar em cerca de 15% do Orçamento Municipal de 2020 que não terá sido executado e que, transitou em termos de saldo de gerência para 2021. É um valor muito elevado e, torna-se particularmente difícil de entender o porquê desse valor não ter sido investido ou não ter sido possível investir, quando se tem o Jardim Público num estado lamentável, as estradas com um conjunto significativo de buracos e zonas deterioradas, de fragilidades ao nível da segurança, edifícios Municipais a precisar de manutenção, bastante degradados, entre outras vicissitudes que são muito importantes e que afetam a comunidade, nomeadamente, as que decorrem do período pandémico em que se vive.
46. E, nesse sentido, questiona diretamente o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre o facto de o saldo de gerência ser tão elevado se deve exclusivamente à questão da pandemia como o referiu, ou se o facto do saldo ser gerado num ano que precede as eleições autárquicas, que decorrerão durante o presente ano, se é uma mera coincidência ou, se estão perante uma tentativa de engordar o orçamento num ano em que há uma eleição autárquica 2021.
47. O **Membro José Leitão** menciona que a linha da intervenção da CDU coincide em algumas coisas com a intervenção da Bancada do PSD apresentou e se considerarem que o montante do PPI para 2021 já era um montante impossível de executar e esse valor vem reforçar mais.

48. Menciona que o que está presente é um PPI que não é realista, tem ainda por cima, um conjunto de generalidades de coisas que não são aceitáveis no PPI, dando como exemplo os pontos que vão votar a seguir sobre a questão do empréstimo para a rede viária e, os Vereadores da CDU mais de uma vez pediram para se discriminar, porque são valores que estão calculados, os prazos estão calculados, para se colocar no PPI esses projetos e o Senhor Presidente da Câmara Municipal nunca o aceitou, tanto que desde a revisão não vem incluído, continuando-se com aquele projeto genérico que é o I35.
49. Refere que, por isso, não é credível e por isso a Bancada da CDU vota contra por não acreditarem na equibilidade do mesmo.
50. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que é importante o facto de estarem a ter uma Assembleia Municipal em videoconferência e, já estão tão habituados que por vezes se esquecem que está a haver uma pandemia e que, por essa razão a pandemia afetou significativamente as atividades e os investimentos do Município de Vendas Novas.
51. Menciona que ninguém gere o Município focado apenas e exclusivamente nos saldos de gerência e, os saldos de gerência dos últimos anos têm comprovado isso, de que é bom que eles existam é certo, mas é impossível executar 100% da despesa. Não há nenhum Município no País que execute 100% da despesa que orçamenta, isso é tecnicamente impossível. Das duas uma, ou fica sem dinheiro antes do final do ano ou então é impossível executar 100% da despesa.
52. Refere que é curioso que, em anos anteriores, também ouvia as Bancadas da Oposição criticarem as alterações ao orçamento que a gestão do Partido Socialista promove, ou seja, são criticados no presente caso porque executam orçamento em que a única coisa que faltou executar foi, em grande parte, a falta da atividade por causa da pandemia que os condicionou muito, um orçamento que relembra que durante alguns meses do ano, os trabalhadores do Município estiverem em casa e não executaram a obra, bem como trabalhadores de empresas privadas que eventualmente se consignem obras e, tudo isso, afetou as contas do Município.
53. Depois vem sempre o velho argumento que se está a chegar a ano de eleições e a verdade é que ouvem isso em 2015, porque foi ano de legislativas, ouviram em 2016 ou 2017, que foi de ano de eleições autárquicas, ouviram em 2019 porque foi ano de Europeias e legislativas e ouvem agora outra vez porque é ano de autárquicas.
54. Ou seja, qualquer obra que o Partido Socialista faça no executivo, em qualquer ano, há sempre a desculpa de haver uma eleição próxima. Essa justificação mais populista que as Bancadas da Oposição procura dar como sendo resultado da gestão do Município mais rigorosa que, no presente caso, é altamente influenciada pela falta de oportunidade de fazer a despesa que estava orçamentada, essa desculpa não pega.
55. Menciona que, felizmente têm mais de um milhão de euros que transitam para o orçamento de 2021. Vão ser aplicados em obras que muitas delas estão previstas desde o início do mandato, sendo a gestão do PS exemplar na obra ao longo do mandato, não guardam tudo para o final, embora certamente alguns dos Autarcas presentes estejam habituados a esse tipo de pensamento, mas no caso do PS, teriam executado grande parte desse saldo transitado em 2020 se pudessem e se conseguissem.
56. Dizer que “havia isto para fazer, havia o outro para fazer”, aponta que o ano de 2020 foi um ano que teve de ser gerido com uma enorme incerteza sobre o que iria acontecer. Quando chegaram a fevereiro todos acharam que o ano iria ser um ano normal, chegou março vieram “todos” para casa e, a partir desse momento gerou-se um clima de incerteza que não os permitiu antecipar quando e, se algumas das despesas que tinham orçamentadas se iam executar e se esse dinheiro, eventualmente, poderia servir ou seria necessário para fazer face a outras coisas caso e, felizmente isso não aconteceu, a pandemia tivesse afetado o Concelho de Vendas Novas mais cedo, felizmente a primeira vaga foi só em dezembro.

57. Afirmar que o dinheiro podia ter ido para o jardim, poderia ter ido para aquilo, poderia ter ido para o outro, é certo que poderia ter ido com o dinheiro orçamentado, mas se chegassem a uma ocasião em que se precisasse mesmo desse dinheiro para fazer face à pandemia e não se tivesse. O que diria a Oposição no caso de, obviamente que falar com a “barriga cheia” e no final do ano é muito fácil, mas o que diriam se tivessem utilizado os recursos financeiros em outras obras e depois faltasse para a pandemia.
58. Menciona que é nisso que a gestão Municipal, no ano difícil de 2020, fez. Foi garantir que em caso de necessidade extrema, o Executivo teria ali um conjunto de recursos disponíveis para fazer face àquilo que os Vendasnovenses precisariam e que, felizmente, só vieram a precisar no final de dezembro de 2020. Mas se essa vaga, a primeira vaga que apareceu em Vendas Novas em dezembro, tivesse aparecido em março e tivesse aparecido uma segunda vaga em outubro e, tivesse aparecido uma terceira vaga em dezembro, como apareceu no resto do País, certamente que não teriam um milhão e pouco para executar, teriam tido muito menos e aí, se calhar, as críticas já não eram com o dinheiro que não gastaram, mas sim com o que poderia fazer falta a mais no combate à pandemia.
59. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Menciona que quem ouvisse falar o **Membro Valentino Cunha** de forma descontextualizada ficava a achar que tinha sido tudo uma gestão de perfeição.
60. Referindo-se ao **Membro Valentino Cunha** que a existência de saldo de gerência não é desejável quando são com a magnitude do que está em causa. Entende que a gestão dos dinheiros públicos no orçamento de qualquer organismo público, nomeadamente Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, devem de ser tendencialmente de resultado zero, ou seja, o que está orçamentado é para ser utilizado, porque é disso que resulta o orçamento, resulta da avaliação das necessidades que o Concelho tem e das propostas que o elenco governativo da Câmara Municipal se propõe fazer.
61. Menciona que não acha que seja virtude ter saldos com a presente magnitude como o do presente ano. Os dos anos anteriores são mais razoáveis e, portanto, não é disso que estão a falar.
62. Refere que, por outro lado, já estão habituados a essa “ladainha” de vitimização do Partido Socialista, não é só na Assembleia Municipal e na Câmara Municipal, mas também em todo o lado, ou a culpa é do Passos Coelho, ou é da Troika, ou é da chuva e agora é da pandemia.
63. Questiona o que é que a pandemia impediu de realizar as obras que o **Membro Valentino Cunha** referiu que poderiam ser feitas, questionando quais são as obras que teriam sido feitas e que não foram, porque a pandemia os impediu que se tivessem concretizado.
64. Por outro lado, o **Membro Valentino Cunha** refere de uma forma alarmista que tinha de guardar muito dinheiro para fazer face às consequências da pandemia, mas o que se verifica é que o que foi investido para combater as consequências da pandemia, foram uma “gota de água” comparado com o que estão presentemente mais uma vez a falar, os números falam, os números têm dimensão, os números têm a sua magnitude.
65. Aquilo que a Câmara Municipal investiu para resolver e bem, alguns dos problemas dos cidadãos de Vendas Novas e das empresas de Vendas Novas, não têm nada a ver com o montante que estão presentemente a analisar, que estão a falar de alguns dígitos de diferença.
66. Por outro lado, não lhe parece que tenha havido, de facto, a perceção que havia dinheiro com fartura a sobrar e que se tivesse feito mais qualquer coisa para combater as consequências da pandemia.
67. Muita coisa, na opinião do PSD, poderia ter sido feita e não foi e, pelos vistos, havia dinheiro para o fazer.
68. Por último refere, que o dinheiro não é de quem o gere, o dinheiro é dos cidadãos, o dinheiro é dos Vendasnovenses e aos Vendasnovenses têm de ser postos os recursos ao seu serviço. Cada mês que passa, cada ano que passa em que a estrada não é arranjada, o jardim não é arranjado, o lixo não é

7


recolhido condignamente, as ervas nos passeios não são limpas condignamente. Tudo isso são situações que prejudicam o cidadão e que são irrecuperáveis porque o tempo não anda para trás.

69. Menciona que era recenrar um pouco o debate naquilo que é a casualidade, deve ser um acaso, deve ser uma coincidência, ter havido um saldo tão grande no presente ano.
70. O **Membro José Leitão** menciona que queria colocar a mesma questão que o **Membro Custódio Vale de Gato** colocou ao **Membro Valentino Cunha**, que diga quais as obras que não se podiam ter feito devido à pandemia, sendo que a pandemia não justifica tudo. Houve obras e trabalhos que podiam ter sido realizados e se não foram realizados, algum motivo houve.
71. Questiona quais foram do orçamento do ano passado, do PPI e do PAM, quais foram aquelas que não podiam ter sido executadas devido à pandemia e aí se falará.
72. Refere que é importante salientar que o PPI, desde que o Partido Socialista assumiu a Câmara Municipal, tem sido executado na base dos 60% na sua globalidade, por isso, mesmo o ano passado, no ano de 2020, o PPI apresenta uma execução na casa dos 62%. No presente ano, o PPI, pela primeira vez, apresenta um valor que é quase o dobro do valor de 2020, só em financiamento definido, porque em financiamento não definido estão a falar em qualquer coisa como oito milhões, setecentos e dez mil euros.
73. Para se ter uma ideia do que isso representa, lembrar que entre 2014 e 2020, os montantes previstos para o PPI foram de doze milhões, por isso se o apresentado é credível, pede desculpa, mas a Bancada da CDU não acredita.
74. A **Membro Maria João Luz** menciona que lhe suscitou algumas dúvidas a intervenção do **Membro Valentino Cunha** quando diz que as obras estavam previstas desde o início do mandato, questiona-o do porquê só agora.
75. Em relação ao problema do dinheiro e da pandemia, questiona quem lhe garante que em 2021 a pandemia já passou.
76. O **Membro Valentino Cunha** responde à **Membro Maria João Luz** que, obviamente, existe uma coisa que se chama calendarização e as coisas podem, no início de um mandato, serem previstas para serem desenvolvidas ao longo do mesmo, a não ser que a **Membro Maria João Luz** prefira uma gestão do imediatismo, “vamos ver o que é que vamos fazer para o ano, sem a visão de médio prazo do mandato”.
77. Menciona caso faça parte de alguma lista Autárquica do presente ano, aconselha-a já a fazer um programa eleitoral que não se esgote no primeiro ano e que cumpra os quatro anos e isso chama-se calendarização.
78. Também já falando do ano 2021, espera, que a pandemia se não acabar, sendo uma questão que ainda ninguém consegue, nem mesmo os especialistas, conseguem dizer o que é que significa o acabar a pandemia, mas que se esteja francamente à vontade e com uma imunidade de grupo bastante avançada, segundo dizem os entendidos, no final do verão e que isso permita retomar alguma “normalidade” com gradualismo que se tem vindo infelizmente a habituar.
79. Menciona que parece que o desporto favorito do **Membro Custódio Vale de Gato** é deturpar o que diz e, compreende, é como usa as suas palavras como uma plasticina, se não cabe, molda-se para caber naquilo que são os argumentos que deseja atirar para o debate.
80. Refere que não disse que os saldos de gerência apresentados são desejados, não disse isso, disse que os saldos de gerência são uma consequência de uma gestão que foi feita em que dez meses do ano de 2020, foram meses de incerteza. Em março não se sabia como é que ia ser o ano, em abril não sabiam como ia ser o ano, em maio não sabiam como ia ser o ano, em novembro não sabiam como ia ser

dezembro e mesmo em dezembro, não tinham a certeza de como é que seria cada semana seguinte, à medida que os casos em Portugal iam aumentando e em Vendas Novas igual.

81. Por isso, essa gestão em incerteza é o pior panorama para o executivo começar a investir ou fazer despesa em coisas que não têm a certeza se esses montantes poderão ou não vir a ser necessários.
82. Por isso, presume que o dinheiro que tenha sobrado, por exemplo, de umas festas do Concelho, terá sido usado ou para a pandemia ou faz parte do presente saldo de gerência para que se, eventualmente, se houvesse despesas extraordinárias para efetuar nos últimos meses do ano, seria utilizado para o combate à pandemia.
83. Por isso dizer “veja-se estamos em fevereiro, sobrou um milhão e tal de euros do ano de 2020”, isso é fácil de dizer em fevereiro, mas ter-se-ia essa facilidade de discurso em setembro, quando ainda se tinha o outono e o inverno pela frente, questionando se teria essa facilidade de discurso em outubro, em novembro, porque falar quando o ano fechou é a coisa mais simples. A coisa está feita, está lá o dinheiro, vou mandar aqui umas “larachas” porque sobrou um milhão e tal, mas se se tivesse esse discurso em setembro, sem se saber o que é que vinha nos meses seguintes, isso é que lhe deviam ter alertado. Podiam ter alertado para os dados que o Município fornece em todas as Assembleias Municipais e dizer “Ah!, mas nós estivemos a fazer as contas com o que foi gasto até agora vai sobrar muito dinheiro, porque é que não se gasta já”. Não ouviram nenhuma chamada de atenção do PSD para essa hipótese.
84. No fundo, o que tem para concluir é que se gastaram pouco dinheiro na pandemia acha que isso é um bom sinal. É sinal que felizmente o Concelho de Vendas Novas não viveu os cenários trágicos que concelhos no País, muitos deles nossos vizinhos, concelhos da região que infelizmente viveram, achando que nessas questões é tudo uma questão de sorte.
85. Se se tiver a sorte de ser um dos concelhos menos afetados ao longo da pandemia, desde o início no Alentejo, pensa que não é algo com que se possam congratular, porque é o que é, mas essa pouca despesa na pandemia é muito resultado dessa evolução epidemiológica que se teve no Concelho, que felizmente não teve e, não quer estar a referir concelhos que tiveram cenários trágicos, mas muitos exemplos não faltarão.
86. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em relação às questões que foram colocadas e não querendo entrar no debate que é político, compete-lhe tentar esclarecer a Assembleia Municipal naquilo que é o mais importante.
87. A primeira constatação que pensa que o, PS, PSD e CDU já fizeram, é que o saldo de gerência não é normal. Em oito anos o Partido Socialista tem a honra de liderar os destinos do Município nunca aconteceu e, portanto, há algo de anormal no ano de 2020 que faz com que o saldo seja maior. Não é muito difícil de o perceber, durante o debate já foi frisado. Em primeiro lugar, a questão pandémica e, portanto, é verdade que muitas obras para realização por ajuste direto não puderam ser feitas em primeiro lugar por dois motivos.
88. Tiveram uma primeira fase com a Câmara Municipal fechada e, durante um bom período de tempo, os trabalhadores estiveram em casa e não tiveram a produtividade quando a pandemia surgiu na primeira vaga que o país atravessou. Num segundo momento, logo de seguida, tiveram a grande maioria dos trabalhadores em teletrabalho ou em “espelho”, o que significa que só tiveram 50% dos serviços a laborar na Câmara Municipal.
89. No que diz respeito ao PPI e ao PAM, as obras que são feitas, de alguma forma, para investimento ou para, de alguma forma, substanciar as atividades do Município, houve uma decisão que, está espelhado nos documentos que lhes foram entregues e que são o adiar, o cancelar de todas as atividades durante o ano de 2020.

90. Afirma que há obviamente um impacto direto no orçamento que não foram esbanjar em tudo aquilo que poderiam pensar em esbanjar e, de alguma forma, tiveram o cuidado de esse dinheiro ficar salvaguardado para uma eventualidade e já dá exemplos de eventualidades.
91. Menciona que também é verdade que colocaram em *stand by* vários projetos que tinham em PPI e vai dar exemplos, porque foram pedidos e, obviamente, que não é o Membro Valentino Cunha da Bancada do Partido Socialista que terá de dar esses exemplos, sendo o Presidente da Câmara Municipal que os tem de dar e, portanto, não é difícil de dizer que o maior projeto de investimento que tinham talvez para o ano de 2020, que era a requalificação urbana da Rua Marechal Craveiro Lopes que foi obviamente adiada no tempo, porque era, de facto, um volume financeiro que poderia eventualmente fazer falta ao longo do ano.
92. Tal como a Escola da Landeira que foi adiada uns meses também e a Escola da Afeiteira que, inclusive, não começou no ano 2020 e transitou para o ano 2021 numa ótica de poder essa verba fazer falta. Podendo ainda referir mais, as obras da requalificação e ampliação da Startup, mas também ao nível do orçamento, porque não havendo atividades de grande monta, também houve por exemplo, muito menos horas extraordinárias pagas aos funcionários do Município.
93. Refere que, foram vários os projetos de investimento e atividades ou mesmo em despesa corrente em que, de alguma forma, tentaram salvaguardar um bolo por um motivo muito simples, aperceberam-se ao longo dos primeiros meses de pandemia e depois na segunda vaga mais severa em algumas regiões que havia municípios e tiveram-no no Distrito de Évora, municípios que num mês gastaram mais de meio milhão de euros com surtos, nomeadamente, em ERPI's nos seus Concelhos e, perante os exemplos dos outros, o Município de Vendas Novas e o seu executivo tiveram uma decisão óbvia a tomar, salvaguardar que se fosse necessário tinham as verbas.
94. Felizmente não foram tão afetados como outros municípios, nem pela primeira, nem pela segunda vaga da pandemia Covid-19. No entanto, em dezembro teve-se o primeiro surto numa infraestrutura de apoio a idosos e, nesse momento, foi necessário dizer presente. Aconteceu no final do ano, mas poderia ter acontecido em abril, em maio, em junho, em julho, em agosto, em setembro, em outubro ou em novembro.
95. Portanto, a Câmara Municipal disse presente no caso à instituição, mas tê-lo-ia feito a qualquer outra. Foram na altura e no final do ano, mesmo no final do ano, na última semana do ano, foi necessário mobilizar cerca de quarenta mil euros, entre o apoio direto à instituição para contratação de equipas especializadas trinta e dois mil euros, na remoção de resíduos especializados onde gastaram mais uma verba muito significativa, no apoio de primeira linha, porque não havia stock, por exemplo, dos EPIS necessários para as equipas que chegavam para ajudar e, portanto, a Câmara Municipal tinha felizmente verbas para socorrer a instituição.
96. Felizmente e, ao contrário de outros municípios, não tiveram de mobilizar meios para a criação de tendas de campanha. Não foi necessário, mas, se fosse necessário tinham as verbas. Não foi necessária a aquisição de mobiliário ou aluguer de mobiliário para apetrechar esses espaços, não foi necessário o aluguer de equipamento médico, não foi necessária a contratação de equipas especializadas médicas e enfermagem, não sendo necessária tanta coisa que em outros municípios foi necessário, mas pode dar um garante à Assembleia Municipal e também a quem os ouve. Se fosse necessário, o Município tinha verbas disponíveis.
97. Dirigindo-se ao Membro Custódio Vale de Gato e com o respeito que lhe tem e conhecendo a realidade de ERPI's no Concelho, acha que é perfeitamente compreensível que o Município de Vendas Novas tenha ao longo dos meses salvaguardado aquilo que não conhecia.
98. Hoje, é muito fácil dizer-se que podiam ter aplicado essa verba, concorda. Se soubessem que chegavam ao final do ano sem casos de maior no Concelho que não haveria um surto, tê-lo-iam feito. Mas como não tem o dom da ubiqüidade, nem de adivinhar o futuro, fizeram aquilo que manda a consciência, o planeamento e as regras em momento de crise: salvaguardar qualquer eventualidade que pudesse suceder.

99. Foi essa a decisão do executivo, que o fez de forma consciente, foi inclusive por várias vezes falado em reunião de Câmara Municipal e até em Assembleias Municipais que o estavam a fazer, disseram por diversas vezes que criaram um Fundo de Emergência Municipal com cem mil euros para despesas correntes e com cinco mil euros para despesas de investimento, mas que se fosse necessário e foi, o reforçariam quando fosse necessário.
100. Nesse sentido é de consciência tranquila que se dirige à Assembleia Municipal para dizer que, em primeiro lugar não, não é um saldo transitado normal no Município de Vendas Novas, nunca sobre a gestão do Partido Socialista perante a Câmara Municipal isso aconteceu, em segundo lugar, não foi a pensar em eleições, em terceiro lugar que em primeira instância preocupam-se com os Vendasnovenses e pede desculpa, quando se está de boa fé, compreende-se que a preocupação com os munícipes e em casos como aquele que vivemos é claramente a prioridade de qualquer autarca de qualquer partido em qualquer lugar do país.
101. Menciona que do que foi dito, vai reforçar que tiveram Municípios que num mês gastaram mais de meio milhão de euros para dar respostas às suas comunidades e o executivo estava preparado para isso caso fosse necessário e estão presentemente preparados para isso se for necessário porque o dinheiro está em orçamento, mas só será gasto quando perceberem que o podem gastar e, se a preocupação do PSD são as eleições, fica já a nota, que a do executivo não é, há muita obra para fazer, sem preocupações com os cadernos eleitorais, porque desde o primeiro ano em que tem a honra de ser Presidente da Câmara Municipal, fizeram obra, não estando preocupados com isso.
102. Tem um planeamento e estão a segui-lo e estão a adaptá-lo ao momento e à circunstância pandémica que se está a viver.
103. O **Membro Custódio Vale de Gato** agradece a palavra. Menciona que teve um corte de energia e ficou sem rede um bom bocado, tendo só ouvido parcialmente a intervenção do Membro Valentino Cunha e a parte final do Senhor Presidente da Câmara Municipal.
104. De qualquer forma, o que quer dizer é muito simples. O que ouviu pensa que não compromete a justeza daquilo que pensa que vai dizer.
105. Primeiro relativamente ao Membro Valentino Cunha, acha que o tipo de palavras que se aplica nas discussões deve ter algum cuidado. Menciona que não é de “plasticina”, não considera ninguém de “plasticina” e acha que é um tipo de conversa um pouco rasteira para o debate elevado que querem ter presentemente.
106. Refere que não deturpa as palavras, que o Membro Valentino Cunha disse e pode-se ouvir a ata, que “os saldos que existiam e ainda bem que existiam”. Ainda bem, quando desejo que qualquer coisa exista, é porque lhe acha virtudes, é porque a sua existência é virtuosa, tanto que foi isso que o Membro Valentino Cunha disse e foi isso exatamente que comentou.
107. Relativamente ao que ouviu do Senhor Presidente da Câmara Municipal falou em cem mil euros e isso confirma aquilo que foi também o teor da sua primeira intervenção, é que estão a falar de um saldo de um milhão e meio, praticamente, um milhão e quatrocentos e oitenta e três mil euros e estão a falar de apoio às consequências da pandemia de cem mil euros, estão a falar de um milhão e meio para cem. Ainda que se tivesse multiplicado por muitos, que o multiplicador fosse grande para chegar a milhão e meio ainda faltava um bocadinho.
108. Refere que é isso que disse e reafirma, que não se contradiz nada, pelo contrário até veio confirmar exatamente aquilo que disse. Estão a falar de números cuja magnitude é completamente diversa uma da outra.
109. A **Membro Maria João Luz** dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha diz que também está de acordo que se devem programar os investimentos e isso é uma coisa, outra é deixar para o último ano,

e isso é que não lhe parece muito correto e em ano de eleições e refere-lhe que o Mandato começou antes da pandemia, podendo ter feito um bocadinho mais.

110. O **Membro José Leitão** refere que, na sequência da última intervenção do Membro Custódio Vale de Gato, lembrar que os Vereadores da CDU propuseram em relação ao Fundo de Emergência Municipal que o mesmo fosse de duzentos e cinquenta mil euros em vez dos cem mil ou cento e picos e que não foi aceite, ou seja, a Câmara Municipal poderia ter ido muito mais longe no apoio na situação de pandemia que se está a atravessar, porque ela continua, ela não acabou e, no entanto, a Câmara Municipal achou por bem não aceitar essa proposta e passar com um saldo de um milhão.
111. Dizer ainda em relação ao que se está a falar mais em concreto que é a revisão do orçamento PPI e PAM e pensa não falar mais sobre isso, informar que em 2020 a Câmara Municipal gastou um milhão quinhentos e três mil euros no Plano Plurianual de Investimento e prevê para o presente ano gastar para cima de oito milhões de euros, questionando se isso é credível, se é uma gestão cuidada e realista, pelo que pede desculpa, mas não acredita nisso.
112. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que a sua intervenção acaba por tocar em alguns pontos que foram referidos por quem lhe antecedeu, mas não queria deixar de dizer algumas palavras sobre o tema e sobre a intervenção, quer do Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer do Senhor Deputado Municipal Valentino Cunha.
113. Menciona que reteve duas palavras principalmente, “forte” da parte do Membro Valentino Cunha e “fé” da parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal.
114. Pensa que não é esse o objeto da presente discussão, é uma discussão política e tem para si que a sorte e a fé dão muito trabalho, planeamento, organização e é isso que se pede, é isso que se exige à Câmara Municipal.
115. Menciona que não tem dúvidas que têm feito o melhor que podem e sabem. O nível de exigência da Bancada do PSD é que é outro e, nesse sentido, dirige-se ao Senhor Deputado Municipal Valentino Cunha que aquilo que aconteceu foi que a Câmara Municipal executou a receita, aquilo que não executou foi a despesa, foi o investimento a que se tinha comprometido.
116. Refere que os Vendasnovenses se viram privados ou continuaram a contribuir através dos seus impostos para o orçamento Municipal, mas esse dinheiro não foi investido pela Câmara Municipal, conforme tinha sido previsto em orçamento no final do ano anterior.
117. Menciona que o orçamento que se está a executar em 2021, é um orçamento altamente inflacionado e, é um orçamento que se houvesse uma preocupação real com a questão da pandemia e com a gestão da pandemia, era um orçamento onde não estariam a discutir dentro de momentos um pedido de empréstimo de 1,8 milhões de euros ou, não teriam um Fundo de Emergência Municipal de cem mil euros, quando andaram a poupar um milhão e meio no ano anterior com medo da pandemia. Não, então tinham constituído um Fundo de Emergência Municipal no valor de um milhão e meio de euros, teria sido esse o raciocínio.
118. E, também, tinham sido feitos investimentos, eventualmente, alguns com os quais o Partido Socialista não concorda, como por exemplo, a aquisição de equipamentos informáticos que suprissem as dificuldades de alguns estudantes em Vendas Novas que não vão poder acompanhar as aulas a partir da próxima segunda-feira porque não os têm e, isso poderia ter sido feito, precisamente com esse dinheiro, mas não foi, foi uma opção política que a Bancada do PSD respeita, mas foi uma opção política. Agora não lhes peçam para concordar com ela. Se não fazia parte do plano, mas podia ter sido encaixada no Fundo de Emergência Municipal.
119. Menciona que não moldam plasticina, nem moldam factos, falam de dados, de factos e não fogem às suas responsabilidades. Quando dizem que houve um milhão e meio que não foi executado no ano anterior é factual.

120. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, em termos de números e falando especificamente das obras que acabou de listar, falam de obras que têm uma componente muito importante também de financiamento europeu, Fundos Comunitários e, como tal, o milhão e meio não integra esses fundos europeus, julgando que essas obras serão financiadas em oitenta e cinco por cento e, se esse milhão e meio fosse utilizado para fazer obras, se teria de ser inflacionado no valor dos fundos europeus e como tal não corresponderia a esse milhão e meio, seria muito mais do que isso.
121. Refere que há toda uma planificação, há toda uma organização, há todo um trabalho que poderia e deveria ter sido feito para executar com mais rigor o orçamento do ano passado que, infelizmente não foi, que foi arrastado para 2021 e, que infelizmente, os prejudicados são os Vendasnovenses que se viram privados desses investimentos que poderiam ter sido feitos pela Câmara Municipal.
122. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que tem apenas três coisas a dizer. Em primeiro lugar dizer à Membro Maria João Luz que é com grande espanto que ouve dizer que não concorda com obras no final do mandato e tem de a questionar onde é que esteve em todos os finais de mandatos da CDU. Pensa que a questão deve de ser colocada para pelo menos dar um pré-alerta desse conflito ou incongruência que apresentou no seu discurso. Mas tudo bem, não leva a mal porque acha que obras no último ano de mandato têm a mesma legitimidade que obras no primeiro ano, obras no segundo ano, no terceiro ano e foi exatamente isso que fizeram, obras no primeiro ano, obras no segundo ano, obras no terceiro ano e no quarto ano, do presente mandato e do mandato passado.
123. Menciona que como num jogo de futebol há duas partes, também presentemente, parece haver duas partes quando o Membro Custódio Vale de Gato volta a deturpar o que disse e isso a ata irá confirmar-se certamente na próxima reunião, porque não disse que o Membro Custódio Vale de Gato era de plasticina, disse que usava as suas palavras como se elas fossem plasticina para as moldar para aquilo que melhor lhe convinha, isso foi o que disse.
124. Também julga não ter dito ou não ter celebrado um saldo de gerência de 1,4 milhões de euros. O que disse foi que os saldos de gerência são positivos, obviamente que o são numa gestão autárquica é uma coisa naturalíssima haver um saldo de gerência, mas não está a dizer nesta magnitude e enquadrou a existência de um saldo de gerência dessa magnitude naquilo que é a realidade em que se vive e a ata certamente que também comprovará isso e se ela não comprovar, diz já presentemente, que na próxima Assembleia Municipal se tiver razão e não tiver deturpado nenhuma palavra poderá retratar-se, estão assinaladas duas questões que deturpou e espera que na próxima Assembleia Municipal seja como o Sporting que ganhe em 2-0, se ficarem empatados ou se ganhar 2-0 o Membro Custódio Vale de Gato, também lhe pede obviamente desculpa por ter exagerado no seu comentário, mas está confiante que não.
125. Respondendo ao Membro Ricardo Videira que os acusa de terem executado a receita. A Câmara Municipal executou a receita como se isso fosse um crime. Esteve no momento da intervenção do membro Ricardo Videira, que não foi muito, a olhar para a execução da receita que vem junto ao documento que receberam para o presente ponto e, ao ver o documento, pensou o Membro Ricardo Videira certamente não viu o documento, porque senão não tinha feito essa intervenção e reconhecendo-lhe inteligência política, dizer algo que factualmente não faz sentido olhando para os documentos, certamente não o leu e, percebe, que possa ter tido outras coisas para fazer e que não tenha tido tempo, dependendo da vida de cada um.
126. Então onde é que o executivo executou as maiores fatias da receita, um no IMI, executaram o IMI que é referente a trinta e um de dezembro de 2019, que a Autoridade Tributária recolheu e transferiu para os Municípios de acordo com a Lei das Finanças Locais e de acordo com a constituição; executaram a água, os consumidores consomem a água e pagaram a água que consomem, executaram isso. Executaram rendas e nessas rendas executadas estão também as rendas não executadas porque as suspenderam durante o período mais crítico durante a pandemia. Executaram transferências do orçamento de Estado, se calhar deveriam ter dito ao Senhor Ministro João Leão não mandem, porque depois vão acusar-nos de estar a executar receita. Executaram vendas de terrenos, também deviam ter dito aos senhores não comprem, vão-nos acusar de executar receita.

127. Na próxima discussão da prestação de contas, voltarão certamente a falar desses assuntos, deixando só o conselho de olharem para a execução da receita para as principais rubricas antes de tomarem esse caminho argumentativo.
128. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra e agradece as intervenções dos Senhores Membros da Assembleia Municipal.
129. Refere que compreende que entraram em ano eleitoral e, portanto, o PSD quer por tudo fazer valer os seus argumentos, ainda que não os tenha e que se o PS hoje estivesse a apresentar uma derrapagem porque tinha feito os investimentos todos e, de alguma forma, não tinha chegado o dinheiro e tinham um défice, estar-se-ia a lamentar-se por isso também, portanto, “preso por ter cão, preso por não ter”.
130. Refere que só tem uma questão a dizer que, basicamente, a decisão que o executivo tomou aquando da pandemia e perante a incerteza do planeamento que fizeram, foi de não executar cerca de oitocentos e cinquenta mil euros de PPI com o apanhado dos projetos que, de alguma forma, estavam em curso e dos quais tinha sobrado dinheiro e é também importante frisar isso, lançaram empreitadas para três obras que fizeram de reabilitação urbana onde sobrou dinheiro, outras que decidiram adiar e, portanto, a decisão não é difícil basta analisar os mapas, oitocentos e cinquenta mil euros que ficaram para executar perante a decisão que pensa que razoável e sensata do executivo municipal, cento e setenta mil euros de atividades que também não realizaram algumas delas até por efeito direto da pandemia, não houve festas do Concelho, não houve Feira da Bifana, não houve um conjunto de atividades que normalmente realizam, cento e setenta mil euros de PAM.
131. Menciona que também tiveram muito cuidado com os gastos internos, a despesa corrente, a despesa de funcionamento. Conseguiram poupar quatrocentos mil euros de funcionamento, aquilo que prevê para a Câmara Municipal poder funcionar e servir as pessoas, sendo que optaram também por tentar ao máximo e com esforço de gestão e de contenção muito grande de muitos colaboradores, conseguiram uma redução de quatrocentos mil euros face ao que era a previsão inicial.
132. Refere que o planeamento foi feito, a noção existiu e tinham consciência que perante um, dois, três ou quatro surtos em instituições precisavam de um milhão ou um milhão e meio para lhes dar resposta, comparando-se com aquilo que aconteceu em outros municípios e volta a frisar, do distrito de Évora e no país e, portanto, não tem dúvidas que o Planeamento estava feito, tinham os valores e, de alguma forma precisavam de adiar, de atrasar para não faltar resposta às populações do Concelho.
133. Frisa, porque se falou na receita, que abdicaram de uma boa fatia da receita, sendo que a receita que não foi executada foi precisamente porque têm sensibilidade social, as rendas que não cobraram, as atividades que não realizaram e que geravam receita, os apoios diretos às famílias com a redução da água, havendo um conjunto de receita que a Câmara Municipal abdicou, receita de, por exemplo, licenciamento de explanadas, publicidade, abdicaram disso a favor da economia local que nunca deixaram de apoiar e também gostava de perceber a perspetiva de todos os sectores com os quais trabalham diariamente tem a perspetiva do que correu bem e mal, nem tudo foi perfeito, menciona que tem muito orgulho na comunidade que têm e, de facto, da Câmara Municipal ter os seus técnicos a dar resposta àquelas que eram as necessidades.
134. Menciona que, felizmente que chegaram ao final do ano com a poupança que determinaram quando a pandemia começou, felizmente que chegaram ao final do ano sem a gastar, porque se a tivessem gasto mal, aí sim era um argumento que o executivo teria de fazer *mea culpa* perante a cautela, perante a sensatez, sendo essa a melhor crítica que alguma vez a oposição pode fazer.
135. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Começando pelo Membro Valentino Cunha que quando referia que “moldar palavras como plasticina” que as suas intervenções são verdadeiramente uma tentativa de deturpar aquilo que são as intervenções feitas pelos deputados municipais do PSD.
136. Menciona que não esperaria outra coisa da parte do Membro Valentino Cunha sendo essa a tónica comum. Agora tentar fazer passar para a Assembleia Municipal e fundamentalmente para quem os ouve, sendo esse o seu objetivo, que os deputados do PSD não se preparam, não estudam os

documentos, fica-lhe muito mal porque não é verdade e porque esse nível de arrogância não fica bem a quem está no exercício da função política e não é essa a expectativa que os eleitores depositam no seu trabalho.

137. Refere que leram com atenção os documentos e que não falam só de IMI, não falam só dos impostos que lhes interessam, também houve cobranças de IUC, de IMT, entre tantos outros impostos e taxas que fazem parte do exercício da Câmara Municipal e aquilo que referiu e que o Membro Valentino Cunha procurou deturpar é que as receitas foram efetivamente cobradas, o que não foi feita foi a execução, o investimento não foi realizado e a falha da Câmara Municipal não é de cobrar as receitas é de não executar a despesa. Mas vai mais longe e, caso não se lembre e também sabe que sabe essas informações, questionando se sabe quem é que paga os impostos, os cidadãos. O dinheiro dos cidadãos entrou nos cofres da Câmara Municipal, simplesmente, não foi investido no momento em que deveria ter sido.
138. As pessoas ficaram privadas durante um ano dos investimentos que seriam expectáveis que tivessem sido realizados. Deram exemplos de alguns que deveriam ter sido feitos no ver da Bancada do PSD, sendo que a Câmara Municipal optou por não os fazer e poupar um milhão e meio de euros por risco pandémico, constituiu um Fundo de Emergência Municipal de cem mil euros, mas guardou um milhão e meio a contar que pudesse acontecer mais alguma coisa.
139. Não é essa a perspetiva da Bancada do PSD e não é essa a perspetiva da Câmara Municipal para 2021 ao estar com um orçamento inflacionado em 30% em relação ao ano passado e ao estar-se a preparar na presente Assembleia Municipal contrair um empréstimo de 1,8 milhões de euros para investimento.
140. Não vai dizer que não concordam com esses investimentos, porque também estaria a faltar à verdade, porque os investimentos fazem falta, devem ser feitos com ponderação e de acordo com o orçamento. Agora virem para a Assembleia Municipal dizer que aqueles um milhão e meio de euros foram guardados como provimento para eventualidade relacionadas com a pandemia é falso. Assumam de uma vez por todas que não foram capazes de executar o orçamento que se propuseram executar em 2020 e que também não foram capazes de o corrigir durante o ano 2020 quando o deveriam e poderiam ter feito.
141. O **Membro Valentino Cunha** refere que em termos de conclusão que assumiram nas várias intervenções que teve e crê que o Senhor Presidente da Câmara Municipal também que muita da despesa não foi efetuada por impossibilidade de a efetuar, ninguém negou isso. Também ninguém negou que existiu o risco de poder ter de gastar esse dinheiro na questão do combate à pandemia, também ninguém negou isso e, também reafirmou, umas intervenções atrás, que em setembro ninguém saberia se poderiam utilizar os recursos que sobraram de atividades e investimentos que não foram realizados ou foram parcialmente adiados, se podiam utilizar esses montantes em outras rubricas, mas também não ouviu ninguém da oposição na altura dizer.
142. Isto de se falar quando o ano já fechou e se aproximam do fecho de contas é muito simples. Agora, ao longo do ano reforçar-se e fazer uma oposição mais centrada na execução que vai sendo feita, isso não ouviu e, em setembro, quando tiveram a Assembleia Municipal da aprovação do orçamento já tinham passado as festas do Concelho e essa despesa não foi realizada, sendo que também não ouviu questionar para onde essa despesa iria.
143. Obviamente que é um saldo transitado excecional num ano excecional em todas as vertentes possíveis, que quando fizeram o orçamento de 2020 não era possível antever e que o orçamento de 2021 não está inflacionado. Os orçamentos da Câmara Municipal cumprem regras orçamentais bastante rígidas e ninguém anda a inventar receitas ou a inventar despesas para inflacionar orçamentos. Um orçamento é a consequência de decisões políticas para o presente ano e do passado e, que no presente caso, a inclusão do presente saldo de gerência.
144. Agora querer criar uma ideia de que se faz um orçamento como se apetece, escrevendo quase no canto da folha, mais cinquenta aqui, mais vinte ali, isso também lhe parece ser um pouco exagerado.

145. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que apenas para dizer ao Membro Valentino Cunha que a dificuldade que teve em responder às questões que lhe colocaram objetivamente e evidenciadas na necessidade de replicar de uma forma até um pouco recorrente aquilo que foi a sua intervenção anterior e justificar aquilo que é muito difícil de justificar não denota a preparação que deveria ser merecida para a presente Assembleia Municipal.
146. Menciona que sabem, pelo menos se a Câmara Municipal tiver dado a informação correta, para onde foi o dinheiro das festas do Concelho e o Membro Valentino Cunha também o sabe. Segundo a Câmara Municipal, esse dinheiro foi utilizado para afetar verbas à prevenção da Covid-19, foi isso que foi anunciado pela Câmara Municipal e obviamente que foi essa a expectativa.
147. Questionando o Membro Valentino Cunha que é tão atento se sabe porque não o perguntaram, porque já o sabiam.
148. O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que vai dar a palavra ao Membro Valentino Cunha referindo que estão a entrar num “ping-pong”, sendo que não é esse o objetivo da Assembleia Municipal.
149. O **Membro Valentino Cunha** refere que pretende só acabar, numa espécie de resposta rápida/ defesa da honra, porque se o Membro Ricardo Videira o acusou de ser arrogante há umas intervenções atrás, diz que agora parecia quase um mestre a ensinar.
150. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 1, tendo sido **deliberado**, por **maioria**, com 15 votos a favor (PS), 6 votos contra (CDU) e 2 abstenções (PSD), **aprovar a proposta de 1.ª Revisão ao Orçamento, PAM e PPI de 2021, que inclui a incorporação do saldo da gerência da execução orçamental de 2020, no valor de 1.483.065,59 € (um milhão, quatrocentos e oitenta e três mil e sessenta e cinco euros e cinquenta e nove cêntimos).**

2.º Ponto - DECLARAÇÕES DE TODOS OS COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DOS PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES A 31 DE DEZEMBRO DE 2020

151. O **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 2.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
152. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que de acordo com a Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, vem para conhecimento da Assembleia Municipal os Compromissos Plurianuais existentes a 31 de dezembro de 2020, bem como os recebimentos em atraso, uma vez que a Câmara Municipal não tem pagamentos em atraso e continuam nessa boa senda de pagar a tempo e horas a quem devem e, nesse sentido, vem para conhecimento os compromissos e os recebimentos em atraso.
153. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU tem uma preocupação da análise que fizeram às dívidas à Câmara Municipal, denotam que de 2017 para 2020, há um aumento de dívidas na casa dos duzentos e oitenta mil euros, ou seja, em 2017 deviam cento e noventa e seis mil euros, em contas redondas e, no presente, a dívida é de quatrocentos e setenta e sete mil euros, sendo uma questão que os preocupa, o porquê desse aumento anual das dívidas à Câmara Municipal, tendo em atenção ainda por cima que votaram há uns tempos, a entrega dessa cobrança à Autoridade Tributária para o fazer e, essas dívidas têm vindo a galopar, em 2017 foram dois cento e noventa e seis mil euros, em 2018 duzentos e setenta mil euros, em 2019 trezentos e trinta e cinco mil e agora em 2020 quatrocentos e setenta e sete mil, ou seja, não se vê uma inversão, deixando essa nota para se perceber qual o motivo.
154. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que há um aumento e o Protocolo que têm com a Autoridade Tributária está a funcionar normalmente e estão a seguir os trâmites normais.

155. Menciona que há a registar no ano de 2020 um aumento muito significativo de verbas dos investimentos comunitários que estão a fazer e é normal no momento em que o quadro comunitário está a todo o gás e em que se tem mais obras há um valor significativo, nomeadamente, de obras tanto feitas com fundos comunitários cujos os pedidos de pagamento estão feitos e, eventualmente no final do ano, ainda não o receberam, mas que no presente já o deveriam ter recebido, sendo uma questão transitória, não havendo muito mais a acrescentar, sendo a única nota que tem a fazer sobre os compromissos por receber na Câmara Municipal.
156. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**
- 3.º Ponto - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA EXECUTAR INVESTIMENTOS COM FINANCIAMENTO BANCÁRIO**
157. **O Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 3.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
158. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Solicita autorização para tratar o 3.º e 4.º ponto em conjunto, uma vez que dizem respeito à mesma matéria de acordo com aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal autorizar, se tiver essa abertura independentemente de na votação ser em separado, sendo a mesma matéria abordaria em conjunto.
159. Refere que o 3.º ponto tem a ver com o disposto no número dois do artigo cinquenta e um do Regime Jurídico das Autarquias Locais que determina que os investimentos efetuados com recurso a empréstimos bancários devem ser previamente autorizados pela Assembleia Municipal, sendo que de alguma forma o 3.º ponto tem apenas a ver com isso em que a Assembleia Municipal, depois do ponto aprovado na Câmara Municipal, autorize a execução dos investimentos com recurso a esse financiamento.
160. O 4.º ponto tem a ver com duas questões: a primeira decorrente da necessidade da autorização da Assembleia Municipal para a contração do empréstimo, ou seja, já decorreu o procedimento que é claramente matéria executiva, consulta à banca para perceber qual a melhor proposta, sendo que já foi aprovado em reunião de Câmara Municipal, de acordo com o relatório do júri, sendo que compete à Assembleia Municipal a autorização para a contração do empréstimo de longo prazo de doze anos até ao limite de um milhão e setecentos, grosso modo, para a execução dos projetos que estão determinados, nomeadamente, das pavimentações da Avenida 25 de Abril, da Estrada de Cabrela, da ligação da Landeira e os Nicolaus, da conclusão entre as Piçarras e a Nacional 4, a Rua de Santo António em Bombel e, também, de alguma forma, do Bairro Lino de Carvalho, na Afeiteira, a conclusão das infraestruturas da 2.º fase onde se tem vendido alguns lotes e todos os cidadãos têm também esse direito.
161. De alguma forma, é uma perspetiva de investimento que, sendo aprovado presentemente, obviamente, tem também de ir para Tribunal de Contas e não é uma perspetiva a curto prazo de investimento, mas que pretendem começar ainda no ano de 2021.
162. Por outro lado, e também, no 4.º ponto há a necessidade da Assembleia Municipal autorizar a assunção do compromisso plurianual, uma vez que é por doze anos, também compete à Assembleia Municipal a aprovação do compromisso plurianual.
163. Três matérias para votar, o 1.º ponto diz respeito à autorização prévia para a execução dos investimentos com o financiamento bancário. O 4.º ponto tem a ver com a autorização da contração do empréstimo e também com os compromissos plurianuais.
164. **O Presidente da Assembleia Municipal** propõe que os dois pontos sejam discutidos em conjunto e que a votação seja individualmente.
165. **O Membro José Leitão** em relação ao 3.º ponto, autorização prévia para executar o investimento com financiamento bancário, a Bancada da CDU, à imagem do que aconteceu na Câmara Municipal, não

- irá votar, nem favoravelmente, nem se abster em relação ao presente ponto, porque consideram que os projetos não estão em PPI e, conseqüentemente, não se reveem nessa autorização para a execução do investimento.
166. Falando do 4.º ponto, a Bancada da CDU informa que não irá votar o mesmo, visto que são dois pontos, não é um e os pontos deviam estar em separados e não em conjunto e por isso não vão votar o 4.º ponto por essa razão.
167. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que, no presente ponto, especificamente no investimento das rodovias do Concelho no qual a Bancada do PSD se revê e disseram-no no debate do orçamento, dizer que com esse investimento a Câmara Municipal se prepara para aumentar em cerca de 50% o valor do endividamento para fazer esses investimentos, algo que poderia não ser feito de forma tão concentrada como está a ser feito nesse momento.
168. A Câmara Municipal prepara-se para fazer um investimento de cerca de um milhão e oitocentos mil euros na conservação das estradas do Concelho, um investimento que é necessário, quando até ao momento no mandato investiu, se não está em erro, quatrocentos mil euros, ou seja, vai executar 80% na conservação rodoviária nos últimos seis meses de mandato.
169. Referindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se não forem esses os números, o Senhor Presidente da Câmara Municipal terá a oportunidade de os corrigir, se não está em erro, pediu um financiamento no valor de quatrocentos mil euros para fazer repavimentações de quatro quilómetros, se não está em erro, até ao presente.
170. A Câmara Municipal prepara-se para fazer um grande investimento nos últimos seis meses de mandato para a conservação das rodovias do Concelho e, na interpretação do PSD sendo importante poderia ser feito de outra forma, sendo feito de forma faseada, beneficiaria mais cedo os cidadãos, haveria melhores condições de monitorização por parte dos serviços da Câmara Municipal se as coisas não estivessem excessivamente concentradas e também o impacto para quem circula no Concelho de Vendas Novas também seria diluído no tempo e não concentrado num período mais curto com esses seis meses que se aproximam que realmente, caso se consiga executar e esperam que sim, serão meses de intensas repavimentações e de alterações na circulação dentro do Concelho de Vendas Novas.
171. No fundo, dizer que se reveem na necessidade de investimentos na conservação das rodovias do Concelho, mas que a ver da bancada do PSD merecia uma lógica de concentração dos investimentos nesse período que a ver da sua bancada não seria benéfico. De qualquer forma, deixa apenas esse registo.
172. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Deixa uma nota só para comentar a questão colocada presentemente pelo PSD. Acredita que o PSD, no presente momento, não durma por causa das eleições, mas não é motivo para isso. Menciona que pavimentaram no primeiro, no segundo, no terceiro e pavimentaram no quarto ano de mandato, como no primeiro mandato tiveram pavimentações no primeiro, no segundo, no terceiro e no quarto ano de mandato.
173. Dirigindo-se ao Membro Ricardo Videira diz que acabou de dizer na sua intervenção inicial que pode por motivos técnicos não ter ouvido bem, não é expectativa do Executivo que esses investimentos estejam concluídos para as eleições, pelo que pode dormir descansado.
174. O **Membro José Leitão** refere que a Bancada da CDU não está contra as obras, assim como quaisquer outras obras, sendo que até consideravam que havia outras que até já deveriam estar feitas e não foram feitas. O que consideram é que as obras deveriam estar refletidas no Plano Plurianual de Investimentos e não estão, por isso votam contra e têm uma declaração de voto para acrescentar à votação.
175. O **Membro Ricardo Videira** dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, uma vez que se refere ao ano de 2018, 2019 e 2020, questiona se pode indicar exemplos disso mesmo.

176. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere a segunda fase da repavimentação da ligação entre as Piçarras e a Nacional 4, uma rua em Bombel, 1.º fase da entrada norte da Landeira, a Rua de Timor e poderia continuar, mas basta ler os documentos.
177. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Menciona que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de referir as pavimentações no valor de quatrocentos mil euros que tinha referido na sua intervenção e faz precisamente essa referência, investiu até ao presente quatrocentos mil euros aproximadamente e prepara-se para investir nos últimos seis meses do Mandato, um milhão e oitocentos. Essa concentração é precisamente com isso com que não concordam, sendo que os exemplos que acabou de dar são precisamente condizentes com as observações da Bancada do PSD.
178. O **Presidente da Câmara Municipal** dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal refere que deve de haver alguma interferência que não permite o Membro Ricardo Videira perceber aquilo que está a tentar transmitir ou talvez haja uma inabilidade ou tendência para não querer perceber e compreende isso politicamente.
179. Aquilo que disse e volta a frisar é que fizeram sempre pavimentações. No entanto, também disse que não é para os últimos seis meses de Mandato, é para lançar quando as coisas tiverem prontas e para se fazer a obra quando se puder fazer.
180. Deixa uma nota que, no presente, a Câmara Municipal tem muito orgulho e, no presente ano, já podem ir à banca buscar dinheiro nesses volumes, o que significa que em oito anos estiveram a pagar aquilo que herdaram e, no presente, já é possível fazer um investimento desses e que tanta falta faz aos Vendasnovenses e cujos os projetos estiveram em desenvolvimento durante o ano de 2020.
181. Portanto, planeiam, projetam e executam. O normal na política de quem quer servir os seus.
182. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal voltou a não abordar o tema e não apontar objetivamente e factualmente os tais investimentos que terá feito em repavimentações e contra factos não há argumentos, até agora investiu quatrocentos mil euros em repavimentações e prepara-se para investir mais 1,8 milhões no final do Mandato.
183. Independentemente disso, saúdam o facto de ser possível recorrer à banca e também sentem que fizeram parte desse percurso de consolidação financeira, aliás o primeiro Mandato do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no qual o PSD contribuiu ativamente no Executivo, foi um Mandato muito mais duro até do que o presente Mandato está a ser, no sentido das restrições financeiras.
184. Menciona que não está em causa a necessidade de financiamento, antes pelo contrário, não vão obstaculizar a contração do presente empréstimo, porque consideram que o endividamento serve para isso mesmo, para se ir buscar à banca, para se poder executar projetos que beneficiem as populações, estão de acordo, mas acabaram de falar há pouco que no ano passado não gastou um milhão e meio de euros, poderia ter gasto alguma coisa nas pavimentações.
185. O **Membro José Leitão** refere que o Senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma referência final, sobre o “finalmente se pode ir à banca e têm capacidade de endividamento.” Pelo que sabe não é a primeira vez que o Executivo recorre a um empréstimo bancário, por isso não corresponde à verdade o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal está a dizer.
186. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que apenas para contribuir um bocadinho para o debate, tentando evitar ou complementar as aparentes falhas de comunicação ou interferências que possam existir.
187. Respondendo ao Membro José Leitão obviamente que há capacidade de ir à banca, mas as condições podem nem sempre ser as mais favoráveis e pensa que se sabe perfeitamente disso, ainda por cima, quando reconhece inteligência e conhecimentos técnicos ao Membro José Leitão para perceber que nem sempre os juros são os mais favoráveis para os montantes que pretendem e, tudo isso, depende da

capacidade de solvabilidade e da Câmara Municipal fazer a restituição e os pagamentos do serviço de dívida no tempo e nos montantes contratualizados.

188. Por outro lado, ajudar o Senhor Presidente da Câmara Municipal repetindo que o Executivo fez obra ao longo dos quatro anos e até se pode acrescentar a requalificação da Rua da Escola Prática de Artilharia que, no seu ponto de vista, até é um exemplo de como deve ser a requalificação urbana nas cidades modernas ou que se querem modernas no país e além disso, fizeram muitos outros investimentos, incluindo em atividades municipais e em programas de apoio à população, mas obviamente que é um questão a seu ver opinativo o que o Membro Ricardo Videira diz, é a sua opinião.
189. Na gestão Municipal tentam sempre equilibrar aquilo que são as receitas correntes que vão tendo ao longo dos anos para fazer face a investimentos e atividades, a capacidade de endividamento do Município em condições também lhes permite e, tendo em conta o volume do empréstimo, nem sempre será possível, ou nem sempre era possível contratualizar com o presente nível de juros esse montante e também não querem estar a contratualizar endividamento com juros que depois comprometam os próximos anos, porque é uma gestão que vai obviamente comprometer o Município e daí que tenha de vir à Assembleia Municipal que vai comprometer as finanças Municipais nos próximos anos.
190. Pensa que, no presente caso, foi uma gestão de cautela que também esteve subjacente na contratualização quando os juros eram mais favoráveis.
191. Menciona que nem sabe se vale a pena voltar a repescar a questão do saldo transitado do ano anterior quando já foi amplamente debatido no ponto anterior toda a geração desse montante.
192. O Membro Ricardo Videira agradece a palavra. Dirigindo-se ao Membro Valentino Cunha diz que não conseguiu funcionar como grande “boia de salvação” do Senhor Presidente da Câmara Municipal na questão dos investimentos, da conservação da rede viária, porque, de alguma forma, misturou conservação da rede viária que é um investimento integralmente assumido pela Câmara Municipal, com investimento na reabilitação urbana, que é um investimento que se não está em erro, terá apoios também comunitários. Não é a mesma coisa, a conservação da rede viária tem um determinado tipo de investimento, a reabilitação urbana é outro.
193. Refere que também reconhece capacidades ao Membro Valentino Cunha para ver os documentos, analisar esse tipo de documentação e saberá obviamente que, reabilitação urbana não se enquadra.
194. Para se falar em pavimentações de zonas novas também ajuda o Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi feita por exemplo, a entrada sul e está feita está executada apesar de uma das vias ainda não estar aberta à circulação, mas de qualquer das formas, aquilo que estão a falar é da conservação e reabilitação da rede viária e nisso na primeira parte do Mandato foram investidos quatrocentos mil euros e estão a preparar-se para gastar um milhão e oitocentos na fase final. São dados e factos e por mais que se tente escamotear essa verdade, ela continua a ser verdade, não vale a pena, um milhão e oitocentos mil euros para gastar nos últimos seis meses do ano em reabilitação da rede viária.
195. O Presidente da Câmara Municipal agradece a palavra. Refere que tinha prescindido da palavra, mas é impossível. Com a intervenção do Membro Ricardo Videira é obrigado a dizer-lhe que também lhe reconhece capacidade técnica para perceber que, por exemplo, os preços têm uma evolução que nos dias de hoje não é igual aos do passado.
196. Em segundo lugar, volta a frisar ao Membro Ricardo Videira que não é para os últimos seis meses do Mandato. As pavimentações que estão no presente dia a aprovar provavelmente não começarão antes do último trimestre do presente ano, são para 2021 e, para continuar em 2022 e acabar em 2022.
197. Estão a falar de uma estrada de Cabrela que tem como prazo sensivelmente os nove meses, porque vão ao “osso”. O Membro Ricardo Videira tecnicamente sabe, profissionalmente sabe o que se está a falar e, portanto, dizer que estão a preparar para os últimos seis meses, quando sabe ainda que depois da

presente aprovação, têm de assinar a minuta do contrato com a banca, têm de enviar em trinta dias úteis para o Tribunal de Contas, lançar um concurso público para as pavimentações, ir novamente ao Tribunal de Contas o contrato. O Membro Ricardo Videira está a atirar “areia para os olhos” de alguém que não do Executivo e portanto, não, não deixaram para os últimos seis meses de Mandato.

198. É uma obra que é necessária, que no presente momento é possível de se fazer, cujo projeto já foi elaborado, que faz falta às populações e que o Partido Socialista com todo o gosto vai lançar e se assim quiserem os Vendasnovenses vai concluir e vai inaugurar.
199. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal referente a um milhão e oitocentos mil euros, qual a percentagem que está inscrita no Plano Plurianual de Investimentos para 2021.
200. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que, no presente momento, o Plano Plurianual de Investimentos tem doze mil e quinhentos euros, o suficiente para pagar o fim do projeto e eventualmente para depois de aprovado, inserir no orçamento o empréstimo que ainda não está definido.
201. O **Membro Ricardo Videira** refere que, em relação ao Plano Plurianual de Investimentos, quando for feita a respetiva revisão não vai inscrever a generalidade do montante de um milhão e oitocentos mil euros no ano de 2021, sendo isso que podem assumir da intervenção anterior do Senhor Presidente da Câmara Municipal.
202. A maioria do investimento que está a pedir para contrair o empréstimo no presente momento será realizado em 2022. Portanto, pela gestão Camarária que se segue àquela que está no presente momento a exercer, questionando se é isso.
203. O **Presidente da Câmara Municipal** refere que a inscrição das verbas finais é feita em função do concurso de obra que for aprovado pela Câmara Municipal, é o que tem a dizer, em função do momento da aprovação da adjudicação da obra é feito o cronograma dos investimentos e é inscrito em orçamento, a precisão daquele que é o valor necessário para o ano de 2021.
204. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 3, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS), 6 votos contra (CDU) e 2 abstenções (PSD), autorizar previamente a execução dos seguintes investimentos, incluídos no projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” (I35/2018), com recurso a financiamento bancário, no montante global de 1.776.765€, distribuído da seguinte forma: Caminho Municipal 519 / Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 215.180,00€; Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 160.828,00€; Rua de Santo António (Bombel) – 125.643,00€; Loteamento da Afeiteira – 176.689,00€; Av. 25 de Abril e Rua José Pinto Ferreira (Vendas Novas) – 501.942€; Estrada de Cabrela – 596.483€.**
- 4.º Ponto - AUTORIZAÇÃO PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO NO MONTANTE MÁXIMO DE 1.776.765€, PARA FINANCIAR O PROJETO “REQUALIFICAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA REDE VIÁRIA” (I35/2018)**
205. Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 4, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 2 abstenções (PSD), o seguinte:**
- a) **Face à capacidade de endividamento demonstrada, autorizar, ao abrigo do disposto nos artigos 49.º e 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a contratação dum empréstimo de longo prazo, a 12 anos, até ao limite de máximo de 1.776.765€, a afetar aos seguintes investimentos incluídos no projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” (I35/2018): Caminho Municipal 519 / Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 215.180€; Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 160.828€; Rua de Santo António (Bombel) – 125.643€; Loteamento da Afeiteira – 176.689€; Av. 25 de Abril e Rua José Pinto Ferreira (Vendas Novas) – 501.942€; Estrada de Cabrela – 596.483€;**

b) Face à informação sobre as condições praticadas pelas instituições bancárias consultadas, optar pela entidade financiadora que apresenta as condições mais vantajosas, Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado, de acordo com as projeções de encargos efetuadas pela comissão de análise das propostas;

c) Autorizar a assunção do compromisso plurianual associado ao contrato de empréstimo em apreço, para cumprimento da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no montante global de 1.826.998,83€;

206. Não participaram na votação do presente ponto, os Membros Maria João da Silva Teresa Ribeiro, José Manuel Fernandes, José Lino Queiroz dos Santos, Maria João Abrantes B. de Almeida e Silva Luz, José Manuel Batista Leitão e Paulo Alexandre Valentim Caçoilas da Bancada da CDU.

207. O Membro José Leitão refere que em relação à Declaração de Voto da CDU, consideram a Declaração de Voto que os Vereadores da CDU apresentaram na Câmara Municipal em relação ao presente assunto e depois farão chegar a respetiva Declaração de Voto, inclusive em relação ao 3.º ponto. (Anexo 5/21)

5.º Ponto - PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

208. O Presidente da Assembleia Municipal coloca à discussão o 5.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

209. O Presidente da Câmara Municipal agradece a palavra. Refere como haviam assumido, o Regulamento esteve em revisão, obviamente em stand by, não sendo ponto essencial, nem prioritário no último ano por motivos óbvios, foi possível no mês de janeiro concluir e aprovar em reunião de Câmara Municipal e, presentemente, submeter à Assembleia Municipal a revisão ao Regulamento do Orçamento Participativo.

210. É intensão do Executivo voltar a aplicar o Orçamento Participativo. É um projeto de participação cívica que consideram essencial para o desenvolvimento do Concelho de Vendas Novas, nomeadamente num exercício de atribuição de poder às populações inter eleições, uma vez que consideram que é válido o sufrágio que fazem no momento das eleições sobre os programas eleitorais que são apresentados pelos partidos, mas que isso não esgota o que deve ser a participação cívica.

211. Reviram o Regulamento e com ele depois de aprovado, pensa que estão em condições de lançar uma nova edição do Orçamento Participativo para devolver a palavra aos cidadãos de Vendas Novas, nomeadamente, no que concerne à apresentação de projetos de proximidade que são essenciais para a atualização das decisões políticas locais face à visão que os municípios têm.

212. O Membro Custódio Vale de Gato agradece a palavra. Refere que gostava de colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente a essa matéria.

213. Menciona que estão de acordo que, de facto, é um instrumento importante e revê-se naquilo que foi o argumento que o Senhor Presidente da Câmara Municipal invocou. Naturalmente que é muito simbólico, tem toda a razão de ser dar a voz aos cidadãos, sendo uma forma até de pautar a gestão da Câmara Municipal por aquilo que é o interesse público e, portanto, revê-se na utilidade desse instrumento.

214. Sendo que entre 2017 e 2021 não houve o recurso a essa mesma facilidade, porque não existiu, questiona se há no regulamento alguma coisa que tivesse obstado a que ele tivesse sido praticado.

215. Reiterando aquilo que é a relevância do fazer participar os cidadãos na gestão pública, questiona porque se demorou tanto tempo a trazer o presente documento e isso liga-se com a primeira questão, se havia qualquer coisa no regulamento que retirava a operacionalidade ao mesmo instrumento porque é que isso não foi feito.

216. Mais uma vez dizer que está num ano de coincidências, pelo que gostaria de ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal na resposta às suas questões.
217. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Referindo-se ao Membro Custódio Vale de Gato refere que o mesmo levou o tempo necessário para o adaptar e fazer comparações com outros regulamentos, de participação em Grupos de Trabalho, inclusive intermunicipais, para análise daquilo que era a situação em que participaram os técnicos da Câmara Municipal e, de alguma forma, em adaptar o modelo do Orçamento Participativo que tinham àquela que é a realidade pretendida.
218. Sobre o comentário “um ano de coincidências”, dirigindo-se ao Membro Vale de Gato com todo o respeito, refere que já se conhecem e já é autarca detrás do presente Mandato, sabe que já no mandato anterior não se pautaram por eleições, percebe que haja alguma inquietude da Bancada do PSD com as eleições, mas num ano como o presente, no momento em que se atravessa, o que se atravessa estar sempre a evocar as eleições para tudo o que o executivo municipal faz, parece-lhe abusivo e não lhe revê essa postura, sabendo que é uma pessoa séria, credível e rigorosa e portanto, acha que sabe perfeitamente que não é por ser ano de eleições que o Orçamento Participativo veio presentemente.
219. Também sabe que ainda que o PSD esteja algo inquieto, não é por ser ano de eleições que têm a previsão de se fazer investimentos, independentemente de ser no presente ano, farão o Orçamento Participativo, sendo só mais um projeto, como um que verão a seguir que é o Presidente Jovem e outros que têm vindo a trazer.
220. Menciona que foi o tempo necessário para adaptar aquele que era o instrumento que tinham e, portanto, é um ano como outro, tendo o mesmo número de dias e de meses e de alguma forma, os Vendasnovenses vivem como sempre o viveram e o Executivo quer devolver-lhes a palavra naquilo que é o exercício de cidadania fundamental e é uma grande honra trazer presentemente duas possibilidades de participação cívica, o Orçamento Participativo e a seguir, já lá vão, a questão do Presidente Jovem que é também ele um projeto de promoção da participação cívica. São bandeiras, são, de alguma forma, imagens de marca do Partido Socialista que vão continuar a cultivar.
221. Refere que lamenta que tenham levado tanto tempo, mas levou o tempo necessário, está presente, vão aprová-lo e vão implementá-lo que é o mais importante do presente acordo.
222. O **Membro Custódio Vale de Gato** refere que não era sua intenção voltar a intervir, mas só fazer algum reparo e fazendo-o pede ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que não o leve a mal, não há nenhum remorso, nada disso, relativamente às eleições e o Senhor Presidente da Câmara Municipal utiliza a palavra muito mais que a Bancada do PSD.
223. Menciona que dormem descansados e desejam a todos que também tenham um repouso tranquilo relativamente a essa matéria. A preocupação da Bancada do PSD é a de servir a população, na qualidade em que cada um está, o Senhor Presidente da Câmara Municipal no executivo, a Bancada do PSD na oposição, sendo esse o seu papel, sendo que por mais incómodas que sejam as questões, estão presentes para as colocar com toda a lealdade.
224. Dito isso, o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou por lhe retirar o argumento, dizendo que levou tempo de mais e é isso que acham, que é uma matéria que tem o direito comparado que poderá ter presidido ao tempo, pensando que existem tantos exemplos, há tanta matéria dessa aplicada pelo país fora e, copiar não é nenhuma desonra para ninguém, quando até se copia bem ou até se copia para se acelerar processos e para se melhorar, não há que ter nenhum complexo por se copiar quem faz bem, achando que até é um sintoma de maturidade e de inteligência política.
225. Portanto, continua a achar que houve, de facto, presentemente e se não houve, que o corrijam nisso, estando a dizer que houve qualquer intenção, mas houve de facto alguma, entre aspas, não diria incúria que é uma palavra muito forte, mas alguma menor atenção relativamente à presente matéria e, por isso, acha que o tempo foi demasiado para uma matéria que ambos concordam que é importante.

226. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Só para dizer ao **Membro Custódio Vale de Gato** que não é por nada a questão das eleições, só porque estão no presente momento no 5.º ponto da Assembleia Municipal e quer pelo **Membro Ricardo Videira**, quer pelo **Membro Custódio Vale de Gato** já, é o 4.º ponto em que se invocam as eleições para justificar o que quer que seja. Foi na revisão, foi na autorização prévia, foi no empréstimo e é agora no orçamento participativo, não é por mais nada é porque em cinco pontos, quatro frisaram isso, não o faz com nenhum objetivo de perseguição ou de segundas intenções.
227. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Apenas para dizer o seguinte, acha que o foco da intervenção da Bancada do PSD relativamente ao Orçamento Participativo parte de uma premissa que é comum a todos que é prezar o Orçamento Participativo, aliás, durante o mandato em que o PSD esteve na Câmara Municipal o Orçamento Participativo foi implementado nos anos 2014/2015/2016 e 2017, o facto é que em 2018/2019 e 2020 o Orçamento Participativo não foi implementado.
228. A crítica que fazem objetivamente é, à demora que o Senhor Presidente da Câmara Municipal teve em fazer a revisão ao Regulamento, porque também é uma proposta que também é do Senhor Presidente da Câmara Municipal e o facto de assumir que demorou tempo de mais, fica-lhe bem, para fomentar novamente a participação cívica que tão bem enquadrada se encontra nesse preâmbulo e que realmente é o foco que deve ter enquanto autarca, permitir que parte das decisões sejam partilhadas com a comunidade e que se sintam refletidas nas medidas que estão a ser implementadas pela Câmara Municipal.
229. A questão fundamental é essa. É o tempo que demorou e é essa a observação que gostariam que o Senhor Presidente da Câmara Municipal retivesse a pensar nos próximos meses e melhorar a performance naquilo que ainda houver para melhorar.
230. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 5, tendo sido **deliberado, por maioria, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), aprovar a proposta de alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo de Vendas Novas.**

6.º Ponto - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL REFERENTE AO ANO DE 2020, RELATIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS

231. O **Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 6.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
232. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que se o permitir utilizará a mesma metodologia, abordará os dois relatórios em conjunto que vêm para conhecimento da Assembleia Municipal, já depois de aprovados pela Câmara Municipal.
233. Menciona que basicamente foram cumpridas as competências transferidas ao abrigo da legislação para as duas Juntas de Freguesia no âmbito da Delegação de Competências, ainda no presente, tratarão já de seguida, de assuntos de transferência de competências, mas sobre a delegação foram cumpridos.
234. Deixa uma ressalva em que houve um acréscimo de despesas da Junta de Freguesia de Vendas Novas perfeitamente justificado de quatro mil trezentos e sete euros, em matéria executiva entre órgãos fazem o acerto das contas, sendo que no momento estão em avaliação dos órgãos e não há mais nada a referir sobre os Relatórios. Eles espelham aquilo que foi o trabalho das duas Juntas de Freguesia.
235. Deixa um louvor à Junta de Freguesia de Landeira e à Junta de Freguesia de Vendas Novas pela forma profissional e empenhada como conduziram o processo de aplicação das verbas públicas, naquilo que

são competências essenciais à qualidade de vida das pessoas. Em nome da Câmara Municipal, um louvor à forma como conduziram e implementaram os seus processos de manutenção das vias públicas, bem como as restantes competências que foram delegadas.

236. Menciona que continuam com total confiança nas Juntas de Freguesia para continuarem a executar esses trabalhos.

237. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

7.º Ponto – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL REFERENTE AO ANO DE 2020, RELATIVO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA ENTRE O MUNICÍPIO DE VENDAS NOVAS E A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA

238. **O Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 7.º ponto da ordem de trabalhos, sendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já fez a respetiva introdução no ponto anterior, referindo que o mesmo é só para conhecimento.

239. **A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**

8.º Ponto – PROPOSTA DE RECURSOS A TRANSFERIR PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE VENDAS NOVAS E MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS, NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

240. **O Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 8.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.

241. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Solicita permissão para fazer o mesmo que fez anteriormente de apresentar os dois pontos em conjunto.

242. De acordo com a deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal de dezembro, controlaram os trabalhos com as Juntas de Freguesia de apurar os valores, com base no histórico e com base nas atualizações que tinham em vigor para o ano de 2021. Os valores aumentam um pouco em função daquilo que é o aumento salarial previsto para a função pública, quer do salário mínimo, onde tinham previsto dez euros e passaram a ser vinte euros, quer para as restantes tabelas salariais, sendo em favor daquilo que é a aprovação do Governo para os aumentos da Função Pública, bem como, no caso de Vendas Novas para questões que não tinham ainda histórico, como as manutenções que já foram possíveis no presente ano.

243. Refere que foram com as duas Juntas de Freguesia apurados os presentes valores, sendo que a proposta que o executivo traz é que se aprovem os recursos a transferir durante 2021 para as Freguesias, bem como o Auto de Transferência de Competências, deixando uma informação adicional, em que deixa de ser a Câmara Municipal a transferir para as Freguesias e passa a ser diretamente a DGAL com as verbas do Município, sendo que, de resto, se mantém tudo na prática mais ou menos igual.

244. Não havendo intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 8, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD) ao abrigo do n.º 2, do artigo 5.º, do Capítulo II, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, **aprovar a proposta de transferência de recursos financeiros, humanos e patrimoniais para a Freguesia de Vendas Novas, necessários para a execução da competência transferida para a Freguesia de Vendas Novas, conforme deliberação da Assembleia Municipal de Vendas Novas de 18 de dezembro de 2020, e aprovar a minuta de contrato de transferência de competências e de auto de transferência de competências que estipula os termos em que ocorre tal transferência de recursos.**

9.º Ponto - PROPOSTA DE RECURSOS A TRANSFERIR PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE LANDEIRA E MINUTA DE AUTO DE TRANSFERÊNCIAS, NO ÂMBITO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS

245. **O Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 9.º ponto da ordem de trabalhos, sendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já fez a respetiva introdução no ponto anterior.
246. Não havendo intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 9, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 15 votos a favor (PS) e 8 abstenções (6 da CDU e 2 do PSD), ao abrigo do n.º 2, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, **aprovar a proposta de transferência de recursos financeiros, humanos e patrimoniais para a Freguesia de Landeira, necessários para a execução das competências transferidas para a Freguesia de Landeira, conforme deliberação da Assembleia Municipal de Vendas Novas de 18 de dezembro de 2020, e aprovar a minuta de contrato de transferência de competências e de auto de transferência de competências que estipula os termos em que ocorre tal transferência de recursos.**

10.º Ponto – PROPOSTA DE REGULAMENTO DO PROJETO “PRESIDENTE JOVEM”

247. **O Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 10.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução.
248. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Menciona se o permitir, no presente ponto passará a palavra à Vereadora Ana Barros que tem o pelouro da juventude e da educação para apresentar o projeto.
249. A **Vereadora Ana Barros** saúda os presentes. Em relação ao presente regulamento, apesar de achar um projeto bastante simples de entender, mostra uma imagem.
250. Refere que o Presidente Jovem é um projeto para implementar nos estabelecimentos escolares, no presente caso, no Agrupamento de Escolas e no Colégio Laura Vicunha. Será um projeto que procura promover a cidadania e a participação ativa dos alunos, no presente caso, jovens entre os doze e dezoito anos e que se vão envolver e perceber como é que funciona o ato eleitoral.
251. Refere que há o ato eleitoral nas escolas, há jovens que se inscrevem em grupo de cinco e vai constituir uma lista e depois o cabeça-de-lista será eleito o Presidente Jovem. Uma situação que vão tentar transmitir também com alguma formação nas escolas para tentar impelir a importância da participação cívica e do voto, sendo que o Presidente Jovem vai ter um mandato com a duração de um ano e, será associado a nível local a várias questões, vai ser um consultor, assim como os elementos da sua lista e vai acompanhar mais de perto também e, poder dar sugestões diretas ao Município e ao Conselho Municipal de Juventude.
252. Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o ponto n.º 10, tendo sido **deliberado, por maioria**, com 17 votos a favor (15 do PS e 2 do PSD) e 6 abstenções (CDU), **aprovar a proposta de Regulamento do projeto “Presidente Jovem”, submetendo a mesma à apreciação e votação da Assembleia Municipal.**

11.º Ponto – INFORMAÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL

253. **O Presidente da Assembleia Municipal** coloca à discussão o 11.º ponto da ordem de trabalhos e dá a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para que seja feita a respetiva introdução, referindo que o mesmo é só para conhecimento.
254. **O Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que sobre a Atividade Municipal além daquilo que está apresentado nos documentos que foram entregues e analisados pelos membros da Assembleia Municipal, tem só como novidade de última hora a acrescentar e apesar de não constar dos documentos, para regozijo do executivo municipal, foi aceite recentemente a proposta da CP para a aplicação do PART ao Concelho de Vendas Novas e aos utilizadores da cidade de Vendas Novas que,

de alguma forma, se deslocam para Lisboa pagando aquilo que se sabe e, foi proposto pela CP finalmente à CIMAC, depois de muitas insistências no ano anterior e durante o presente ano, sendo que não pararam em momento algum, foi proposto já pela CP à CIMAC, o contrato para a delegação de competências da autoridade de transporte na área dos comboios, também aqui ao caso de Vendas Novas e, após a aprovação que vai decorrer na CIMAC ainda no presente mês, estão em condições de aplicar um desconto de 40% nos passes de todos os Vendasnovenses que se deslocam para Lisboa e, que corresponde a oitenta euros de desconto mensal sensivelmente para os seus utilizadores.

255. Aqui também se regozija por ver que não foi preciso dar com o “pau em ninguém” e que o Governo Português, de alguma forma, fez aquilo com que se tinha comprometido com o Município de Vendas Novas e por esse motivo dar essa informação à Assembleia Municipal que finalmente depende só já da CIMAC, a aprovação dos descontos para os Vendasnovenses.
256. O **Membro Valentino Cunha** agradece a palavra. Refere que sobre o tema que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de referir é uma excelente notícia para o Município e que finalmente se vê concretizada uma ambição que já vem desde que o PART foi anunciado e foi criado pela primeira vez, há cerca de dois anos e desde então crê que os esforços que o Município concretizou ao longo do tempo, acabaram por dar resultados.
257. Menciona que acompanharam na Assembleia Municipal várias vezes aquilo que foi o desenvolvimento de todo o processo. Deram conta e ouviram o Senhor Presidente da Câmara Municipal a comunicar que foram insistentemente pedidas reuniões ao Ministério, que o Ministério frequentemente acedeu a esses pedidos e que não obstaculizou nenhuma das ambições dos Vendasnovenses.
258. Inclusivamente, no final do ano passado, um Deputado do Partido Socialista questionou o Secretário de Estado das Infraestruturas, que voltou a reafirmar que o Governo nada tinha a opôr a essa questão, mas que, o principal obstáculo estava do lado da CP.
259. Na última Assembleia Municipal falaram do assunto, voltaram a dizer que o principal obstáculo estava do lado da CP, ouviram quais eram os argumentos contra da CP para a aplicação do PART no percurso ferroviário que era nomeadamente o medo de haver um aumento significativo da procura que a CP não conseguisse corresponder com o aumento da oferta no mesmo sentido e na mesma intensidade e o desfecho obviamente os deixa contentes.
260. Crê para quem é utilizador frequente do comboio para Lisboa e apesar de não ser utilizador diário, considera-se um utilizador frequente, quem conhece a linha de Vendas Novas, a ligação de Vendas Novas a Lisboa, sabe que as principais preocupações da CP não tinham razão de ser.
261. Eventualmente poderá haver alguma concentração de deslocação de pessoas nos últimos comboios de sexta-feira. Crê que no início da semana, aqueles que são os movimentos de estudantes ou trabalhadores que ficam durante a semana em Lisboa se dilui um pouco entre domingo e segunda, tanto Vendas Novas, como de Évora e Beja, obviamente, que também ocupam as carruagens utilizadas pelos Vendasnovenses e crê que o principal problema que se pode vir a ter, caso a procura aumente significativamente por esse meio de transporte, nas deslocações para Lisboa, será no final do dia de sexta-feira e aí poderão ter uma situação de não haver lugares sentados para todos os Vendasnovenses que pretendem usar o comboio naquele percurso.
262. Deixa uma nova ambição, conseguiram a redução do passe, que é significativa, de 40%. Não é tão expressiva como foi em outras regiões do país, pensando que seja uma primeira vitória muito importante. Mas, agora que conseguiram ultrapassar a primeira dificuldade, têm de procurar avançar para novos desafios. Vão ver naturalmente como é que corre, a situação da pandemia também acaba por prejudicar um bocado uma análise séria e fidedigna porque a procura se tem reduzido bastante, em virtude do teletrabalho e do confinamento que se vive, mas ao longo do tempo pode-se ver se será necessário começar a reivindicar mais carruagens ou ajustamento de horários.
263. Pensa que a CP deveria, ultrapassado esse desafio, deveriam começar por estudar, ou a CP e o Ministério que são as entidades competentes na matéria e a CIMAC que passa a ser a autoridade de

transportes competente para o serviço Intercidades, crê que deverão começar a estudar aquilo que são as necessidades dos Vendasnovenses nas deslocações e se os horários que atualmente a CP providencia para o Intercidades, sabendo que não depende apenas de Vendas Novas, que Évora, Beja e todos os que vêm das vilas e aldeias entre Évora, Beja e Vendas Novas também são pessoas que precisam desse serviço.

264. Refere que o horário do serviço do Alentejo deve de ser repensado, ou pelo menos, devem ser questionados se fazem sentido. Não tem dados que o permitam dizer num sentido ou noutro e, deixa um repto ao Município para que promova junto da CP e passado o obstáculo e deixando “descansar um bocadinho” para não serem vistos como aqueles que estão sempre a criar os problemas, por assim dizer, mas se calhar começar-se a estudar a procura por transporte ferroviário, para depois se ter as próprias respostas e a CP criar as suas próprias alternativas.
265. Crê que muita da procura por transportes no geral, também depende da oferta e da adequação da oferta que é feita por parte do prestador de serviços e pensa que esse é um caso paradigmático em que provavelmente algumas alterações de horários podem aumentar e muito o número de circulações e pessoas a circular entre Vendas Novas e Lisboa, ou até, entre Vendas Novas e Évora.
266. Refere que, para finalizar, a Bancada do Partido Socialista congratula-se muito com o presente desconto, sendo muito importante para os Vendasnovenses que hoje utilizam o transporte ferroviário para se deslocarem para as suas universidades, para os seus locais de trabalho, mas também é importante para todos aqueles que, no presente, utilizam um veículo particular e que assim podem ter uma solução ambientalmente mais favorável, mas que financeiramente passe a ser mais favorável.
267. Os únicos desafios que antevê para o futuro é em termos de verificar se os horários são os adequados às necessidades do Concelho, em primeiro lugar e, em segundo lugar, procurar uma integração mais fácil com o passe navegante metropolitano que é utilizado na área metropolitana de Lisboa que é nossa “vizinha”, para que as pessoas quando cheguem a Lisboa possam facilmente, comodamente e sem grande dispêndio financeiro circular para os locais que pretendem, presumindo que nem todos eles tenham a “felicidade” de estarem localizados em torno das estações ferroviárias de Lisboa.
268. Pensa que são próximos passos que crê que se podem dar e quando uma boa notícia vem, não significa que acabaram de trabalhar, significa que têm de pensar nas próximas ambições e é nisso que a Bancada do Partido Socialista está focada e saúdam muito todos os intervenientes no presente processo que ajudaram à concretização do desconto e da aplicação do PART ao serviço ferroviário entre Vendas Novas/Lisboa e as estações e apeadeiros intermediários.
269. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Começa por saudar a intervenção da Autarquia e saudar não só a Câmara Municipal, mas também a Assembleia Municipal por todas as diligências e por todo o trabalho que foi feito e não só, a CIMAC teve um papel importante, a Assembleia da República teve um papel importante e naturalmente o Governo teve um papel importante no desfecho, naquilo que é uma vitória de todos nós, uma vitória dos Vendasnovenses, porque acha que não fica bem aclamar para um único partido, para uma única entidade, o mérito do trabalho que foi desenvolvido nesse aspeto, sendo um trabalho conjunto e se houve matéria na qual se entendem em relação a prioridades durante o último ano, foi realmente à aplicação do PART à linha ferroviária do Alentejo.
270. Relativamente à questão dos horários e do aumento de carruagens, julga que esse levantamento já está feito, aliás, o Senhor Presidente da Câmara Municipal numa reunião que teve o ano passado com o Senhor Ministro, já fez essa reivindicação, já fez essa observação devidamente consubstanciada e menciona que ficaram duas dúvidas relativamente a essa questão do PART.
271. Questiona se o desconto só se aplica ao trajeto Vendas Novas/Lisboa ou também se aplica ao trajeto Vendas Novas/Évora, deixando a questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, não sabendo se já o sabe responder ou não e, por outro lado, se esse desconto do passe se cinge ao passe ou se ele, de alguma forma, incorpora também o passe da área metropolitana de Lisboa, ficando com essa dúvida depois da intervenção do Membro Valentino Cunha e gostava também de perceber isso, se ao chegar a

Lisboa e, por exemplo, fizer a transição para o Metro ou para a Carris, se esse passe já engloba ou não engloba. Uma questão simples só para perceber qual a abrangência do que se está a falar.

272. Independentemente da resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a verdade é que aquilo que está em cima da mesa é uma vitória e, é uma vitória muito importante para dezenas e dezenas de pessoas que utilizam esse meio de transporte para se deslocar diariamente para os seus locais de trabalho.
273. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal dizendo que gostaria de começar por lhe colocar algumas questões relacionadas com o problema ambiental que assolou o Concelho durante o último ano e meio e começa por dizer que na Assembleia Municipal de dezembro de 2020, quando questionado pelo PSD sobre a disponibilização da sentença do tribunal sobre a providência cautelar interposta pela empresa Extraoils na reabertura do seu coletor de efluentes domésticos e industriais no Parque Industrial, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não o poderia fazer porque tinha indicação jurídica para não facultar esses elementos.
274. Dado a sequência se o documento teria sido facultado a alguém fora da Câmara Municipal antes dessa Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que iria confirmar. Questionam por isso se essa sentença foi ou não disponibilizada a alguém fora do Município antes da Assembleia Municipal de dezembro de 2020, uma pergunta para sim ou não, já a perguntaram há dois meses atrás, não tinha a resposta na altura, julgando que já teve tempo suficiente para obter essa informação e, em caso afirmativo, quem é que disponibilizou e a quem é que foi disponibilizada essa informação que na altura não lhes seria disponibilizada e acabou por ser enviada para o PSD, duas semanas depois dessa intervenção na Assembleia Municipal.
275. Em paralelo, nessa mesma Assembleia Municipal voltaram a questionar o Senhor Presidente da Câmara Municipal pela disponibilização dos dados que comprovam que a ETAR Municipal cumpria todos os parâmetros legais na data de 23 de outubro de 2020. Nessa data, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu-lhes que estranhou que esses elementos ainda não lhes tivessem sido facultados pela Câmara Municipal porque a Câmara Municipal já teria essa informação, o Município já teria essa informação do seu lado.
276. Posteriormente, no mês de janeiro é dirigido um ofício à Bancada do PSD em resposta a um requerimento, em que diz que o Município não pode facultar esses dados, porque eles provêm de entidades externas e que os obriga a não divulgar sem que essa entidade tenha dado a devida autorização.
277. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, refere que nesse contexto já é a segunda vez que não lhes estão a querer dar elementos que solicitam relativamente a essa matéria, pelo que questiona se foi a AGDA que indicou à Câmara Municipal que não pode partilhar esses elementos, esses dados, as análises às águas da ETAR de 23 de outubro que permitiram anunciar que a ETAR estava a funcionar regularmente ou, se é também alguma indicação jurídica da Câmara Municipal que impede que essa informação venha ao cuidado do PSD.
278. Esclarece que o diz porque, de alguma forma, sentem que a falta dessa informação os está a privar de poderem exercer o papel fiscalizador da Câmara Municipal e se, o que está em causa, é o não divulgar publicamente esse tipo de informações, que o compreendem, pelo menos que os deixem consultar essa informação dentro da Câmara Municipal, porque também são autarcas, também estão a zelar pelos os interesses dos eleitores que representam e, como tal, querem ter acesso à informação para poderem fazer o seu trabalho para representar quem confiou no PSD.
279. Questiona o Senhor Presidente da Câmara Municipal pelos resultados da auditoria que, na última Assembleia Municipal, disse que teria concluído o trabalho de campo, mas que ainda não teria os resultados finais, gostariam de obter informações relativamente aos resultados da auditoria obviamente e, que fosse partilhada com os Deputados Municipais para que pudessem avaliar o ponto de situação do Parque Industrial, no que diz respeito à recolha de águas residuais.

280. O **Membro José Leitão** refere que são três questões. A primeira já a tinha colocado antes no período da ordem do dia a ver com a questão do início das aulas de segunda-feira com a educação à distância e se a Câmara Municipal tinha o conhecimento se as coisas estão em condições para se iniciar, porque do que sabem, existem crianças que não têm equipamentos necessários para terem essa forma de aula e isso implica falta por faltas de material.
281. Sabe que não é obrigatoriamente uma competência da Câmara Municipal tratar da questão dos computadores, mas como existe o Conselho Municipal de Educação, logicamente poderá ser que haja alguma informação mais do que a que conseguem saber.
282. A segunda questão tem a ver com o PART em que se congratulam, como é evidente, com o finalizar do processo que foi longo. Concordam com o PSD, quando diz que a nível Municipal, todos trabalharam e é verdade, todos trabalharam para esse fim, a nível nacional, a coisa já não foi assim.
283. A nível nacional é sabido que essa era uma proposta que o PCP apresentava há mais de dez anos na Assembleia da República e que era chumbada pelas diversas forças políticas e só há dois anos é que se levou a efeito, não deixando branquear aqui alguma coisa, as paternidades existem e como tal não vale a pena estar com discursos de boa vontade.
284. Evidente que partilham também a necessidade de reforço do serviço de comboios, como é lógico, mas nem é só por causa do PART, ou seja, o número de comboios existentes para Lisboa/Vendas Novas é diminuto e, como tal, deveria ser reforçado.
285. A terceira questão tem a ver com o apoio extraordinário de trinta e dois mil euros dado à Casa do Povo, para além do que costuma dizer que a informação que vem à Assembleia Municipal é telegráfica, no presente caso. Novamente assistem à mesma coisa, têm uma informação telegráfica, mas parece-lhe que há uma falta de informação.
286. Diz-se na informação que a Câmara Municipal aprovou na reunião de 29 de dezembro a atribuição do apoio extraordinário para fazer face ao cenário da crise que se viveu na instituição, mas não se diz que nessa reunião de Câmara Municipal também foi definido, solicitar à Segurança Social a Câmara Municipal ser ressarcida dessa verba e o que gostariam de saber era se esse ofício já foi feito ou se não foi feito e, se já houve alguma resposta caso tenha sido feito.
287. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que em relação às questões do PSD, para já, a aplicação enquadra-se no regime de exceção já criado para outros concelhos limítrofes das áreas metropolitanas, como seja o caso de Mafra e Azambuja. Há um conjunto de Municípios que já têm desde o ano passado regime de exceção por estarem a poucos quilómetros das áreas metropolitanas e, por esse mesmo motivo as deslocações aprovadas para o desconto são para as áreas metropolitanas e, portanto, está a falar-se dos passes de Vendas Novas, todas as estações e apeadeiros na linha que liga Vendas Novas à capital. Qualquer pessoa que compre um passe para o Pinhal Novo mensalmente tem desconto, quem compra para Lisboa tem desconto, para Évora não, primeira questão.
288. Sobre se inclui, também não, porque são modalidades e passes diferentes, ou seja, um Vendasnovense que se desloque diariamente para Lisboa e que tenha uma deslocação diária para Lisboa, já paga duzentos e dois euros mais quarenta, vai passar a pagar menos oitenta euros por mês, sendo uma boa alavanca nos orçamentos familiares certamente, quando falam em duas pessoas que vão para Lisboa do mesmo agregado familiar, sendo cento e sessenta euros a menos com os gastos com transporte.
289. Para já ainda não, esperam para quando forem repostos, o que continuam a exigir é que seja reposto o que foi retirado, o serviço regional do comboio, que não têm, sendo que no momento só há intercidades e aquilo que pretendem é ter os serviços regionais, com mais horários, com mais comboios, com mais opções e isso é que torna a ferrovia competitiva no entender do executivo. Também sabem que está lançado um concurso público internacional para a aquisição de composições, estando a aguardar que elas cheguem que, de alguma forma, vai permitir a criação do serviço.

290. Sobre as questões do ambiente, a questão da divulgação, não o sabe, admite que dezembro e janeiro são meses que ocupou quase exclusivamente à Covid-19 e não o apurou, não sabendo se foi ou não.
291. A preocupação do Presidente da Câmara Municipal quando teve a primeira vaga de Covid-19 em Vendas Novas, um surto numa instituição, foi isso não foi outra coisa, entenderam ser importante dar resposta à Oposição ficou claramente por fazer, não sabendo se foi ou não partilhado com alguém.
292. Sobre a questão da ETAR, aquilo que disseram na comunicação que fizeram com o PSD é que não têm legitimidade para dar dados que uma entidade lhes dá enquanto clientes e parceiros, não são dados da Câmara Municipal e o que pede ao PSD é que os solicite à AGDA os dados que são da AGDA, porque, até ao momento, e apesar de perguntarem se poderiam fornecer essa informação, não tiveram resposta e sabe que não é um procedimento normal da AGDA dar dados a forças políticas, dá-los-á a quem tem de dar legalmente à Câmara Municipal, à APA e às restantes entidades não é normal, não é uma situação muito normal e pelo qual ainda não têm ainda esse aval por escrito que lhes diga “podem fornecer esses dados” e quanto a isso fará o que lhe compete que é não dar.
293. No entanto, pode reafirmar presentemente em Assembleia Municipal que está a gravar e é fácil receberem já a comunicação que até janeiro está tudo normal nos parâmetros da ETAR de Bombel. Pensa que o PSD também acredita na boa fé do executivo quando dizem que a informação ainda que perceba que pretendem uma prova documental, porque a boa fé se esgota no momento em que os Partidos são diferentes, acha que não deve ser motivo de dúvida o que estão a dizer e as comunicações que tiveram da AGDA até ao presente momento são todas no sentido de que a ETAR está a cumprir.
294. Sobre a auditoria, já chegou o relatório preliminar da auditoria está em análise técnica nos serviços do Município, aguardando a sua análise sobre o mesmo. Já foi pedido parecer jurídico que indica que há uma parte daquilo que foi pedido que não foi entregue pela equipa auditora, nomeadamente sobre aquilo que tem de ser feito para as melhorias da parte da empresa não vinha no relatório preliminar e acreditam que é um trabalho feito em duas fases, foi feito o diagnóstico e agora hão-de ser feitas as sugestões de melhoria a implementar para resolver a situação.
295. No presente momento, o que pode dizer é que está em análise nos serviços do Município o relatório preliminar e quando tiverem o relatório final, ele poderá ser então público e será obviamente divulgado.
296. Sobre as questões colocadas pela CDU em relação ao apoio à Casa do Povo, ainda não foi feito o pedido à Segurança Social, porque o dinheiro foi entregue à Casa do Povo para fazer face às despesas, mas aguardam a entrega do comprovativo da aplicação do dinheiro, não sabendo ainda se já foi pago ou quando vai ser pago essa verba, assim que receberem esse comprovativo da Segurança Social, segue de acordo com a deliberação da Câmara Municipal, obviamente, para a Segurança Social.
297. Sobre a questão da educação e do ensino à distância passa a palavra à Vereadora Ana Barros que é quem tem a área da educação para fazer o ponto de situação daquela que é a previsão do re-arranque do ano letivo nessa modalidade de ensino à distância.
298. A Vereadora Ana Barros refere que queria partilhar uma preocupação com o ensino à distância que não tem só a ver com a existência de meios informáticos.
299. Em primeiro lugar, consideraram até a nível da comunidade, de uma forma bastante concertada que seria o ideal, logo desde o início do segundo período, que os alunos iniciassem o segundo período à distância, conheciam os números a nível nacional e conheciam os números também a nível local, não foi de todo possível logo ao início, apenas para os alunos mais velhos.
300. No presente momento, depois dessa pausa letiva de duas semanas, os alunos vão regressar com o ensino à distância.
301. A preocupação que os realça, em primeiro lugar, acaba por ser os meios, os equipamentos informáticos em si, mas não se podem esquecer que muita gente que tem meios informáticos, tem alunos que

precisam de apoio na aprendizagem, porque têm características próprias que não conseguem de outra maneira, precisam de acompanhamento e depois há a questão dos que não têm qualquer meio e então têm estado com o Agrupamento de Escolas a verificar essas situações e o que têm é o seguinte, disponibilizaram ao Agrupamento de Escolas o apoio do Município para a aquisição dos routers de acesso à internet, tal e qual como no outro confinamento.

302. Os *tablets* colocaram sobre gestão total do Agrupamento de Escolas, sendo que têm cerca de trezentos e quarenta e sete equipamentos que estão, no presente momento, sobre gestão do agrupamento de escolas, sabem que essa gestão está a ser criteriosa e que possivelmente alguns desses *tablets* até estavam em salas do primeiro ciclo, vão até para alunos que não são do primeiro ciclo, por exemplo, o segundo ciclo.
303. Sabem que já foram entregues cerca de cinquenta e seis kits de ensino à distância por parte do Ministério da Educação até há presente data e que ainda faltam entregar alguns kits desses, que o Agrupamento fez o pedido para mais setenta kits.
304. Menciona que também há alguma incongruência no levantamento dos equipamentos que o Agrupamento lhes reportou.
305. Segundo o Agrupamento de Escolas, no segundo levantamento do segundo confinamento, os números não são iguais aos do primeiro, o que se pensa também há outro facto das necessidades terem aumentado bastante ou então com a expectativa de ter equipamentos novos vindos a nível governamental, a pessoas acabaram também por referir que tinham mais carência desses equipamentos, sendo que o número aumentou um bocadinho.
306. Menciona que são dados do Agrupamento de Escolas que solicitaram e que estão com o Agrupamento a analisar e a preparar.
307. Refere que também lhes foi reportada a questão de, por falta de acompanhamento desses alunos, mesmo quem tem meios informáticos, que pode não ter o acompanhamento em casa por dificuldades várias, há alunos e, na primeira semana de ensino à distância, o voltar do ensino à distância vai ser determinante, há alunos que podem ter que ir para os estabelecimentos escolares, alunos que requerem mesmo acompanhamento mais de perto poderão mesmo ter que ir para as escolas.
308. O Agrupamento também lhes transmitiu que para além desses alunos que requerem acompanhamento, alunos que requerem terapias, alunos em risco, de famílias em risco e alunos cujo ensino à distância se verifique que não resulta, podem ser acolhidos nas escolas.
309. Menciona que têm tido a funcionar, nessa pausa letiva, ajudando o Agrupamento de Escolas, a escola de acolhimento no Centro Educativo que tem acolhido filhos de profissionais, têm tido e mantido as terapias e a psicologia todos os acompanhamentos aos alunos, têm mantido a entrega de refeições aos alunos de escalão e têm preparado essa questão com o Agrupamento, mas volta a sublinhar, acham, segundo o que o Agrupamento lhes reportou, que a semana de regresso é que vai dizer, de facto, as reais necessidades.
310. A percentagem que falou de alunos que não têm meios ou que nesse levantamento, se revelaram sem meios, o que falaram com o Agrupamento foi e o Agrupamento também frisou esse aspeto, sabe que os alunos vão receber os kits, não sabe é quando os vão receber, porque ainda não os receberam, receberam cinquenta e seis, faltam receber mais uns tantos, daí que não tenham acionado desde logo, uma resposta conjunta com o Agrupamento para suprir logo essa necessidade, porque eventualmente os kits já estão alocados ao Agrupamento.
311. Pensam que na primeira semana, esse assunto ficará resolvido e terão a verdadeira noção das necessidades dos equipamentos e não só, como referiu e volta a sublinhar, a principal preocupação não são os equipamentos, é a capacidade dos alunos em acompanhar as aulas à distância, o que é diferente.

312. Refere que mostraram ao Agrupamento de Escolas que estão disponíveis para os ajudar a colmatar as falhas e como disse, têm os *tablets* que vão ser alocados por estarem a mais para as necessidades reais. O que vão manter e que não foi mantido no confinamento anterior é a questão das AEC's, sendo que presentemente a DGEstE e o Ministério da Educação consideraram que podiam manter as AEC's, claro num regime de atividades mais leves e complementares à componente letiva como são as AEC's, mas sem rigidez de horário e com tarefas associadas para os alunos desempenharem, para não estarem a subcarregar o tempo que estão também on-line.
313. Menciona que não tem muito mais a informar, estão de facto disponíveis tanto com recursos humanos para acolher alunos, como com meios materiais para fazer face às necessidades locais.
314. O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que tem de se votar o prolongamento por mais 60 minutos, questionando se alguém se opõe.
315. **Foi aprovado, por unanimidade, o prolongamento do período antes da ordem do dia em 60 minutos.**
316. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Refere que voltando à questão ambiental, o Senhor Presidente da Câmara Municipal com todo o respeito e sabendo a importância que o tema do Covid-19 tem para toda a comunidade, para o país e para o mundo, não pode servir de desculpa para tudo, não pode servir de desculpa para não cumprir o orçamento e também não pode servir de desculpa para não lhes entregarem a informação que foi pedida numa Assembleia Municipal em dezembro.
317. O Senhor Presidente representa a Câmara Municipal, tem toda uma equipa que trabalha com o executivo, inclusive tem assessorias que lhe podem ajudar a fazer esse trabalho.
318. Pede desculpa ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas não cumpriu com o seu dever de facultar informação à Assembleia Municipal e sobre o presente caso, em concreto, são sucessivas as situações em que lhe pedem informações e o Senhor Presidente da Câmara Municipal não as entrega. Portanto, o Covid-19 não pode servir de desculpa para tudo.
319. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal refere que, a situação que estão a falar e perante aquilo que lhes disse em dezembro, se tivesse saído alguma informação da Câmara Municipal, ao contrário daquilo que são as suas indicações, que por motivos jurídicos indicou que não se deveria facultar informação a ninguém se, por algum motivo, tiver saído é muito grave. Houve um desrespeito de uma indicação clara do Senhor Presidente da Câmara Municipal e do departamento jurídico e é isso que a Bancada do PSD pretende saber presentemente.
320. O que solicita é que, com a maior brevidade possível, lhes faça chegar a informação que pediram em dezembro de 2020, porque entendem que ela é importante para o seu exercício de atividade enquanto fiscalizadores da atividade da Câmara Municipal.
321. Indo à questão dos equipamentos informáticos, como certamente se recordam, o Senhor Presidente e a Senhora Vereadora da Câmara Municipal, na Assembleia Municipal de 15 de maio de 2020, no ponto que se refere às medidas adotadas pelo Município para intervenção, ou para prevenção e redução dos impactos do Covid-19, o PSD questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à disponibilização de equipamentos informáticos e acesso de internet aos alunos do ensino básico e secundário que não tendo esse equipamentos estavam limitados e em desvantagem, no que se refere às aprendizagens essenciais do ensino público.
322. A resposta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes deu, em maio de 2020, foi exatamente a mesma que a Senhora Vereadora lhes acabou de dar, que é: os kits estão comprados pelo Governo, portanto, estará a chegar, sendo que o Primeiro Ministro também indicou isso. Indicou que, no início do ano letivo, todos os estudantes teriam acesso aos equipamentos informáticos, mas não cumpriu e, o facto, é que houve Câmaras Municipais que optaram por se antecipar, se precaver e facultar equipamentos a estudantes dos ensinos básicos e secundário, segundo e terceiro ciclo e secundário.

323. A Câmara Municipal de Vendas Novas, por uma opção política, não o fez, sendo que a Bancada do PSD o disse na altura que era uma opção política, uma opção política da gestão da Câmara Municipal Socialista, não teria sido uma opção do Partido Social Democrata, porque nessa questão e, o Senhor Presidente da Câmara Municipal que guardou um milhão e meio de euros, para a eventualidade do Covid-19, poderia perfeitamente ter acautelado o acesso a equipamentos informáticos e net a crianças que não poderão, infelizmente, participar nas aulas daí a três dias e que vão estar em casa e com a condicionante de não poderem participar juntamente com os seus colegas, ficando em desvantagem, numa situação de desigualdade, a ver da Bancada do PSD é inaceitável.
324. Dirigindo-se à Senhora Vereadora e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, questionando-os quando foi feita a última atualização do número de acessos à internet e equipamento informáticos.
325. Provavelmente, terão feito uma monitorização permanente, acautelando o segundo ano letivo que está a ser atravessado pela pandemia, questionando quando é que essa atualização foi feita, quando é que foram solicitados esses elementos ao Agrupamento de Escolas que revelam essa incongruência, como acabou de referir.
326. Gostaria também que lhes dissessem, se sentem efetivamente que fizeram tudo aquilo que estava ao alcance do Município para garantir essas situações de desigualdade fossem esbatidas.
327. Por fim, em relação ao presente assunto, que para a Bancada do PSD é um assunto muito importante e o facto dos alunos terem acesso aos meios informáticos e outros, não configura só uma situação de desigualdade, nem de responsabilidade, não é isso que está em causa, o que está em causa é que há crianças que vão ficar em casa sem poder participar, juntamente com os respetivos colegas nas aulas e isso, para a Bancada do PSD é algo que é inaceitável.
328. Sugerem por isso, no presente dia, 5 de fevereiro, exatamente o que sugeriram no primeiro dia. Fazem o mesmo apelo que fizeram no primeiro dia é que, à semelhança do que aconteceu em tantas escolas do país, que a Câmara Municipal se constitua de forma ativa como um facilitador para resolver esse problema, seja emprestando equipamentos informáticos, não sabendo a quantidade que será necessária, certamente que terão essa informação, para garantir pelo menos em Vendas Novas essa situação de desigualdade para com os estudantes Vendasnovenses não se verifique.
329. Aproveita a oportunidade para colocar uma outra questão ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e, uma vez que estão num período de pausa forçada no período letivo, por motivos de pandemia e, como se encontra prevista a substituição de parte da cobertura das escolas que ainda não foi substituída, uma parte que tem amianto, questionam se já existe uma previsão para se fazer essa intervenção.
330. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Em resposta ao PSD, deixa uma nota sobre a questão do amianto, o concurso público já decorreu, têm a empresa selecionada, está adjudicada a obra e quando houver a primeira paragem letiva que o permita, é feita a remoção. A empresa está escolhida, já ganhou o concurso, ficou dentro do orçamento dos noventa mil euros que o Estado tinha designado, portanto, é agora terminarem as aulas e começar a fazer a obra.
331. Sobre as questões dos kits e do ensino à distância vai passar a palavra à Senhora Vereadora Ana Barros.
332. A **Vereadora Ana Barros** refere que só quer esclarecer que, se calhar, não se fez entender bem. Refere que estão com o Agrupamento de Escolas em resposta às necessidades existentes. Os trezentos e quarenta e sete *tablets* que estão sobre gestão do Agrupamento de Escolas há a necessidade de atribuir duzentos e dezoito, sendo que têm para já, uma folga de cento e vinte e nove *tablets*, que estão sobre gestão do Agrupamento e que vão ser utilizados. O que referiu foi que eram cerca de setenta alunos, do levantamento que lhes chegou do Agrupamento de Escolas, depois de todos os pais terem respondido há dois dias.

333. Solicitaram ao Agrupamento de Escolas no início do segundo período, há dois dias chegou esse levantamento. Esse levantamento que são números do Agrupamento de Escolas e que é competência do Agrupamento de Escolas, embora o executivo a sinta também como responsabilidade municipal, senão, não tinha atribuído *tablets* ao primeiro ciclo, nem tinham já adquirido trinta e nove routers para todos os ciclos de ensino.
334. O que disse é que foram pedidos os kits para esses alunos que estão em falta. No entanto, há uma folga de equipamentos que já estão sobre gestão do Agrupamento de Escolas que podem ser utilizados até lá e, o que referiu e, volta a sublinhar é que as necessidades e as preocupações não são só da existência de equipamentos. Há alunos que têm os equipamentos e que não conseguem sozinhos, ou mesmo com o pai ou com a mãe a acompanhar, isso sim é desigualdade, não é só o equipamento, porque nos dias de hoje qualquer criança, sabe que nem todos têm, mas é uma percentagem muito pequena que infelizmente não têm, mas qualquer criança tem um dispositivo digital ou tecnológico para aceder. São muito poucos, cerca de 10% os que revelaram não ter meios, mas têm kits já a caminho e os que não têm, cerca de setenta, têm uma folga de cento e vinte e nove dispositivos municipais para poder usar.
335. Nesta fase da primeira semana, o que o executivo pensa que vai ser determinante, vão ser sentidas, do levantamento do Agrupamento de Escolas, essas necessidades e esses casos vão ser analisados caso a caso, porque muitas crianças vão precisar de ir para a escola, porque não vão conseguir aprender sentados em casa, sendo que muitos nem sentados conseguem estar com um computador, não o vão conseguir.
336. Menciona que vão ter pessoas nas escolas, que vão analisar com o Agrupamento de Escolas, caso a caso, para que esses alunos não fiquem em situação de desvantagem. Agora que todos possam ter os meios informáticos, de facto, é muito importante, mas que sejam sensíveis à análise, caso a caso, ainda é mais importante.
337. Portanto, se for pelo Município nenhum aluno ficará em desvantagem, se for pelo Agrupamento de Escolas acredita que nenhum aluno ficará em desvantagem e, claro, que sentem que estão a fazer o melhor e o que podem, porque estão a ir para lá das suas competências municipais. Querem que isso se resolva. Querem o melhor de dois mundos, querem que as pessoas fiquem confinadas e que os miúdos não fiquem prejudicados, estão a fazer o melhor, sente que estão a fazer o melhor e quem faz o melhor só pode conseguir aquilo que quer.
338. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Em relação à informação que a Senhora Vereadora lhes acaba de transmitir a questão que coloca é direta. Se existem, no momento, equipamentos que são suficientes para que todos os alunos possam ir às aulas na próxima segunda-feira, esses equipamentos encontram-se na posse desses alunos e, se não se encontrarem é porque a gestão do Agrupamento de Escolas ainda não lhes fez chegar esses equipamentos ou foi uma gestão que não foi feita, de alguma forma. A Câmara Municipal disponibilizou todos os equipamentos informáticos necessários para que as crianças e alunos que não tenham acesso a equipamentos informáticos, possam assistir às aulas em condições a partir da próxima segunda-feira, sendo essa a questão que coloca diretamente.
339. A **Vereadora Ana Barros** refere que não sabe se os equipamentos que a Câmara Municipal disponibilizou ao Agrupamento de Escolas se são suficientes. Sabe o número dos equipamentos, não sabe as exigências das aulas de todos os alunos, não faz ideia, tem de colocar a questão ao Agrupamento de Escolas. O que sabe do Agrupamento de Escolas é que cerca de 10% dos alunos, cerca de setenta alunos, nesse levantamento, se revelaram sem meios informáticos e que a Câmara Municipal disponibilizou tal e qual tudo o que tem e o que sobrou, depois de já ter sido atribuído pelo Agrupamento de Escolas aos alunos, para colmatar essas falhas e que os equipamentos para esses cerca de setenta alunos, segundo o Agrupamento de Escolas, estão para chegar, é o que tem conhecimento. Da parte do executivo acham que estão a fazer o que podem e o melhor que podem na presente fase, mas como disse, não vão permitir que haja situações de desigualdade e volta a sublinhar, não só com os equipamentos, como no acompanhamento das crianças, tanto que na pausa letiva, as crianças que precisam de terapia da fala, terapia ocupacional, psicologia, continuaram com esses apoios.

340. Da parte do executivo tudo farão para que não haja situações de desvantagem, os números, o levantamento como o disse e como o Agrupamento de Escolas lhes reportou, com certeza, que agora no regresso do ensino à distância, esse levantamento vai ganhar novos números que espera que baixem, que as necessidades sejam outras, sejam menos, mas da parte do executivo e tem falado com a Professora Adélia Bentes, Diretora do Agrupamento de Escolas, estão disponíveis para colaborar com o Agrupamento de Escolas nas necessidades que forem identificadas, sendo que o Executivo não as pode agora inventar. Não podem entrar no Agrupamento de Escolas e deixarem lá coisas sem lhes as pedirem, não sabe dizer o que é que precisam, tem que colaborar, tem que cooperar com o Agrupamento de Escolas.
341. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Dirigindo-se à Senhora Vereadora e à Câmara Municipal refere que já é sábado, dia 6 de fevereiro, as aulas retomam dia 8, segunda-feira. A Senhora Vereadora diz-lhe que detém o pelouro da Educação, não sabe se existem equipamentos suficientes para todos os alunos que precisam de acompanhar as aulas, é isso que não está a conseguir perceber, ou está a fazer confusão ou a sua intervenção não o deixou esclarecido. A pergunta é objetiva, se existem equipamentos que supram as necessidades de todos os estudantes do ensino básico e secundário em Vendas Novas, sim ou não e, se eles se encontram na posse dos estudantes ou não e, se não se encontram na posse dos estudantes, se estão na posse do Agrupamento de Escolas e cabendo ao Agrupamento de Escolas fazer essa distribuição.
342. Porque ontem leu um comunicado do Agrupamento de Escolas que refere as carências, foi essa questão que lhe fez. A questão, como se debatiam no início, não é uma questão de fé, nem de sorte, acreditam que há realmente a necessidade de se fazer um planeamento, de organização, acreditam no empenho e que se traduz na boa vontade e fez-lhe a pergunta, se entende que a Câmara Municipal, o Senhor Presidente e a restante equipa fizeram tudo aquilo que estava ao seu alcance para garantir que não existiriam situações de desigualdade e a resposta que obteve da Senhora Vereadora foi que sim. Admite que na interpretação do executivo, fizeram aquilo que seria possível.
343. Agora a questão objetivamente é se na próxima segunda-feira vão haver equipamentos informáticos para todas as crianças, não estão a falar das que estão em casa, das AEC'S, das atividades complementares, que ainda bem que estão asseguradas, essa que é uma tarefa da Câmara Municipal está bem assegurada e ainda bem e ainda bem que assim o é.
344. Agora a questão objetiva é referente às aulas. Existem aulas para serem atendidas e se todos os alunos têm ou não têm condições para presenciar essas aulas através de internet e com equipamentos informáticos, a questão é muito objetiva.
345. A **Vereadora Ana Barros** refere que a questão é para ser colocada ao Agrupamento de Escolas, é o que pode dizer, porque o Agrupamento de Escolas tem acesso àquilo que o Município disponibilizou. Portanto, pode ser respondido pelo Agrupamento de Escolas. O executivo só pode responder até aos alunos do primeiro ciclo, diretamente.
346. Também lhe pode dizer uma coisa e perguntar, se no início do segundo período, todos os alunos de sétimo ao décimo segundo ano ficaram em casa a ter aulas, onde é que estava a preocupação nessa altura. É que nessa altura já tinham a comunidade escolar quase toda em casa. Onde estava aí a preocupação com os meios e com o número dos computadores. É que aí só estava praticamente o primeiro ciclo a ter aulas e o segundo ciclo que são só meia dúzia de turmas. Tinham do sétimo ao décimo segundo tudo em casa a ter aulas, todos tiveram aulas e não viu nenhuma preocupação de ninguém, não viu e, aí também articularam com o Agrupamento de Escolas e todos os alunos tiveram as suas aulas do sétimo ao décimo segundo.
347. Refere que acredita que vão conseguir suprir essas necessidades e se segunda-feira se verificarem mais necessidades com o Agrupamento de Escolas vão as conseguir superar, sim. Agora o Membro Ricardo Videira está-lhe a dizer que é sábado e que as aulas vão começar segunda-feira, questiona então os alunos do sétimo ao décimo segundo que tiveram já aulas on-line, já tiveram.

348. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, refere que acha que já é altura de dizer basta à demagogia barata de quem não tem responsabilidades, nem as conhece a fundo aquilo que é o quadro de competências das Câmaras e, de alguma forma, tem perdão o PSD porque está inábil nessa matéria de governar ao nível local e, portanto, carece de um esclarecimento para que, de alguma forma, seja eficaz no seu papel da oposição que é importante.
349. A Câmara Municipal não tem quaisquer competências ao nível do terceiro ciclo e do ensino secundário. A Senhora Vereadora já o disse e, muito bem, que apesar de não se ter competências tem-se tido participação ativa, têm preocupação, têm uma articulação direta e estreita com o Agrupamento de Escolas de Vendas Novas que têm feito um trabalho incansável e extremamente importante para garantir o mais importante.
350. Já foi assegurado um conjunto de equipamentos pelo Governo de acordo com a informação que tinha no ano passado, como o Membro Ricardo Videira já frisou, está um concurso concluído e há a caminho, segundo informação do Ministério, mais meios informáticos e, portanto, a Câmara Municipal não ia gastar recursos dos contribuintes de Vendas Novas para duplicar investimento público sobre o mesmo assunto.
351. Está também garantido e assegurado, como já foi dito, o ensino presencial na escola para quem não tem meios. Qual é que é a dúvida que não seja e exclusivamente o uso demagógico de uma questão que é de desfavorecimento, qual é a grande dúvida que, no presente momento, não vê nenhuma, com o esclarecimento que já foi prestado, não vê nenhuma, não há dúvida absolutamente nenhuma.
352. Há equipamentos que foram garantidos e assegurados pelo Ministério ao Agrupamento de Escolas, há equipamentos a caminho, enquanto não chegam, há a garantia de que os alunos se podem socorrer, nem que seja em ensino presencial, das suas aulas.
353. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal diz que não há, do seu ponto de vista, nada a esclarecer, o Membro Ricardo Videira está perfeitamente esclarecido sobre o presente assunto e não vê qual é que é a matéria para se continuar a insistir no assunto.
354. O **Presidente da Assembleia Municipal** agradece a intervenção. Refere que ia mesmo alertar sobre isso. Em que se está a entrar em repetições sobre o mesmo assunto. Vai dar novamente a palavra ao Membro Ricardo Videira, mas pede que não entrem novamente em diálogo, porque já acaba por ser um diálogo e não acha que seja esse o foco.
355. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e, vai naturalmente perceber através da sua intervenção, que existe fundamentação política, não só sobre esse facto, mas de qualquer intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal sentem isso e com a intervenção da Senhora Vereadora sentem isso também.
356. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, menciona que quando usa o tipo de vocabulário como “demagogia barata”, refere que não estão a fazer “demagogia barata” e o Senhor Presidente da Câmara Municipal utiliza esse tipo de vocabulário sempre que se vê “atrapalhado” e, quando deixa de ter respostas para oferecer, começa a utilizar esse tipo de adjetivação, que não lhes parece o mais adequado para o fórum em questão.
357. Já o utilizou anteriormente em intervenções em relação ao seu colega Membro Custódio Vale de Gato e agora acabou de o utilizar também. Não lhe fica bem, não tem necessidade de usar isso, utilize argumentos políticos que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem para utilizar e assumas as suas opções políticas e debata as opções políticas, a demagogia não é um deles.
358. Se quiser falar de demagogia, dá-lhe só um exemplo que é a divulgação que o Partido Socialista fez das votações do orçamento que foram feitas na generalidade e que induziu que o Partido Social Democrata e a CDU votaram, ponto a ponto, contra algumas opções que foram tomadas no orçamento do executivo, são absolutamente falsas, isso sim é demagogia.

359. O PSD não votou contra à atribuição de descontos dos medicamentos, isso sim foi demagogia feita pelo Partido Socialista. Se quer falar de demagogia, dá-lhe exemplos concretos dessa mesma demagogia.
360. Agora voltando ao tema da escola e, porque aquilo que estão a fazer hoje, é avaliar e escrutinar o trabalho da Câmara Municipal, dizer à Senhora Vereadora que tendo o pelouro da educação e a dois dias da retoma do ano letivo não saber dizer se na segunda-feira todos os estudantes vão ter ou não vão ter equipamentos informáticos e acesso à internet para assistir às aulas para si é muito grave e é sinal que não tem toda a informação que deveria ter no dia de hoje para cumprir a sua função.
361. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Refere que o esclarecimento prestado pela Senhora Vereadora foi mais do que capaz.
362. Dirigindo-se ao Membro Ricardo Videira refere que usam os termos certos para chamar as coisas certas, não é erro nenhum, é claramente um desempenho capaz da política e pedindo-lhe desculpa, menciona que não tem autoridade, nem moral, nem ética para comentar, nem a sua pessoa no presente Fórum, comunicação partidária, não o faz em relação ao PSD, agradecia que não o fizesse em relação ao PS, sendo presente a Assembleia Municipal talvez esteja enganado no Fórum.
363. Sobre a questão em apreço não é competência da Câmara Municipal, como não o são tantas matérias do país e que não conseguirão infelizmente resolver, foi dada uma garantia ou a aceita ou não a aceita, mais nada a esclarecer.
364. O **Membro Ricardo Videira** agradece a palavra. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, em termos de questões morais, não aceita lições de ninguém, mas dizer-lhe que aquilo que estão a falar é de opções políticas e essa opção o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou-a e assumiu-a em maio de 2020, quando o PSD o confrontou com isso e essa opção política hoje está a custar aos jovens Vendasnovenses que têm situações e condições diferentes para assistir às aulas e, no fundo, é isso que está em causa. Aconteceu em janeiro, aconteceu em fevereiro e acontecerá em março até que o Governo consiga entregar os tais kits que estavam prometidos desde setembro do ano passado.
365. A **Assembleia Municipal** tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

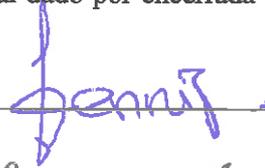
366. O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que inicialmente teria dado a informação incorreta, que não tinha havido inscrições por parte do público para intervir na presente Assembleia Municipal. Chegou-lhe, entretanto, um pedido que já tinha sido feito, mas, por alguma falha de comunicação, não o tinham.
367. O **Munícipe** que se inscreveu já está na sessão, questiona se o **Munícipe** tem alguma questão à Câmara que queira fazer e que se identifique.
368. O **Munícipe Marco Silva** saúda todos os presentes. Refere que se chama Marco Silva, mora na cidade de Vendas Novas, já há sete ou oito anos.
369. Menciona que tem seguido algumas políticas no Concelho e muito o entristece, hoje começa logo mal, ao mandar um e-mail para se inscrever, para falar na presente Assembleia Municipal, no passado dia 3 de fevereiro e só lhe responderam porque perguntou há poucas horas atrás, sendo a sua primeira vez na Assembleia Municipal, espera que corra melhor daí para a frente.

370. Menciona que a frase-chavão de momento é, a culpa é do Covid-19, a culpa é da pandemia. Esse chavão começa a não ter votos porque é sempre a mesma coisa.
371. Como Vendasnovense abordava um primeiro assunto, a construção do novo Quartel dos Bombeiros de Vendas Novas. Pelo que vê e não deve ser só ele a ver isso, a obra está parada, abandonada há vários meses, não vai dizer uma data para não errar, mas está parada e abandonada há vários meses e, segundo consta, pela pesquisa que fez na internet, a empresa construtora está em insolvência e uma obra que era para trezentos dias, vai fazer no presente mês setecentos e qualquer coisa dias.
372. As suas duas questões sobre isso é qual o ponto da situação sobre a obra do Quartel e se já existe data para a finalização da mesma obra.
373. Outro assunto muito importante que foi lançado e dito aos “sete ventos” e onde não se foi, disse-se, que foi o comércio local e a campanha do “Compre cá, compre o que é nosso”. Até aí tudo muito bem, acha que é uma boa medida de apoio, mas como é que uma Autarquia consegue pedir aos seus habitantes “Comprem cá, comprem o que é nosso”, que é o seu que é habitante também, tendo por exemplo, os seguros das viaturas da Autarquia fora do Concelho. Os seguros podiam estar em mediadores do Concelho e aí a própria Autarquia daria o exemplo de ajudar os Vendasnovenses.
374. A sua questão é como é que a Autarquia explica aos Vendasnovenses o porquê de os seguros estarem fora do Concelho de Vendas Novas.
375. Em relação com o 4.º ponto dos trabalhos da ordem do dia, que é o empréstimo bancário de quase um milhão e oitocentos mil euros, para ser mais concreto, um milhão setecentos e setenta e seis mil euros a doze anos, a doze anos, não é a doze dias, nem doze meses, nem doze semanas, é doze anos que vai hipotecar o futuro da Câmara Municipal, dos futuros partidos que venham a assumir o cargo da Autarquia, o que vai hipotecar também os Vendasnovenses.
376. Questiona se esse milhão e quase oitocentos mil euros não poderia ter sido posto no orçamento anual e que foi aprovado há umas semanas atrás, o porquê de se por fora e ter de se ir pedir ao Banco.
377. Sendo essas as suas questões, aproveita já para se despedir, agradecendo a disponibilidade da parte da Assembleia Municipal por terem a presente iniciativa de intervenção do público, a ver se para a próxima corre melhor, ou seja, em vez de ser no final, seja no início como tinham na ordem de trabalho do dia, despedindo-se até breve, que voltará.
378. O **Presidente da Assembleia Municipal** refere que estão numa situação excecional, que a intervenção do público normalmente como está em Regimento nas Assembleias presenciais é no fim, sendo que a Mesa decidiu que seria no início no regime excecional. Houve uma falha efetivamente, pedem desculpa por isso, mas não sabe se será o mais correto ser no início ou no fim, sendo que nas próximas sessões irão avaliar qual é a melhor solução, esperando que não volte a acontecer.
379. O **Presidente da Câmara Municipal** agradece a palavra. Um cumprimento especial ao Município Marco Silva pela participação, sendo sempre de louvar quem se preocupa, envolve e de alguma forma acompanha a atividade municipal, nesse caso concreto e em relação às três questões essenciais que coloca, obviamente, que responderá às três.
380. Em relação ao novo Quartel dos Bombeiros, uma obra estratégica para o desenvolvimento do Concelho e para o apetrechamento e aumento da capacitação daqueles homens e mulheres que ali trabalham e que não têm no antigo quartel as condições devidas, sobretudo num momento em que acompanham o crescimento do quadro ativo da cooperação, em que há muito mais mulheres do que havia, por exemplo, há dez anos, não há uma camarata feminina no atual quartel e sentiram a necessidade de pedir ao Governo a mobilização de Fundos Comunitários para a construção dessa ala operacional, devidamente apetrechada para esse efeito e tiveram resposta positiva.

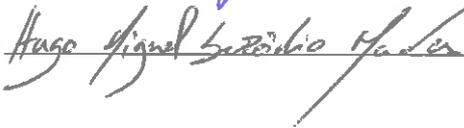
381. O concurso foi lançado pelos Bombeiros Voluntários de Vendas Novas e, de facto, é como diz, a obra ficou de alguma forma abandonada agora, é um procedimento normal. Não é a Câmara Municipal que a gere, são os Bombeiros Voluntários, mas, no entanto, o executivo tem a obrigação e tem acompanhado essa ligação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, o desenvolvimento dos trabalhos, estando no momento numa fase de lançamento de concurso para acabar a empreitada.
382. Pela informação que tiveram da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e, de alguma forma, conducente à conclusão daquele que é o investimento prioritário para quem serve as nossas comunidades e quem, de alguma forma, até nos últimos tempos, tem estado claramente em destaque com a pandemia.
383. Refere que é uma obra importante que é apoiada pelo Município de Vendas Novas que cedeu o terreno e ainda vai apoiar financeiramente a construção do quartel que não sendo gerido pela Câmara Municipal, a empreitada não é do Município, estão obviamente a acompanhar o desenvolvimento porque consideram que é fundamental para o desenvolvimento do Concelho e aquilo que esperam é que, de facto, ela seja concluída o mais depressa possível.
384. Sobre a questão do comércio local e seguros, embora seja um pouco descabida a questão das seguradoras, informa que não é um caso que possa ser posto em cima da mesa. Pelos valores que estão em causa para os seguros do Município, é obrigatório a realização de um concurso público e, portanto, ganha a empresa que apresenta, obviamente, a melhor proposta, não havendo aqui claramente nada que o Município possa fazer para atribuir a alguma empresa de Vendas Novas, elas representam seguradoras e concorrem a um concurso que deixou de ser à peça e começou a ser no global dos seguros da Câmara Municipal desde que chegaram à Câmara e isso claramente numa ótica de rentabilização de recursos públicos.
385. É feito um concurso público que, no caso, determina quem é que fica com os seguros da Câmara Municipal, não sendo uma questão que possam decidir, é uma questão de concurso público e o concurso público obedece a regras que não são decididas pela Câmara Municipal e pelas quais não têm qualquer tipo de escolha.
386. Sobre a questão do empréstimo para as pavimentações dirige-se ao Município Marco Silva referindo que agradecem a preocupação, é um investimento fundamental. Consideram, no momento, que os troços vão ser pavimentados, assim que for possível, são fundamentais para a segurança dos Municípios de Vendas Novas e certamente o Senhor Marco Silva, como tantos outros Vendasnovenses, utilizam essas estradas diariamente e percebem as necessidades que elas têm de ser intervencionadas e o que decidiram foi, muito em linha com aquilo que é o quadro comunitário que se tem atualmente, há dinheiro comunitário para aproveitar, de alguma forma, têm de rentabilizar o dinheiro que vem da Europa e que não é investido pelos Vendasnovenses e aquilo que fizeram no orçamento foi meter o máximo de projetos possíveis para financiamento comunitário e aquilo que não cabe em financiamento comunitário, nomeadamente, a requalificação da rede viária, não entra naquilo que é o possível para a utilização de fundos comunitários, eles não financiam isso e a Câmara Municipal sozinha com o seu orçamento não o conseguiria fazer.
387. Entenderam que, os troços que estão em apreço, são fundamentais para a segurança das pessoas e, foi por isso, que não tendo orçamento sozinhos e, recorda, os Fundos Comunitários até ao momento só participavam 85%, a Câmara Municipal tinha de meter 15%, em obras de requalificação urbanas, em obras de requalificação de escolas, em tanta coisa importante para o Concelho, entenderam que sendo possível ir à banca, sendo possível e conseguindo ter um juro muito baixo, não estão a hipotecar o futuro, estão a construir e a renovar infraestruturas que são usadas por muita gente para que tenham a segurança necessária para o fazer.
388. O **Presidente da Assembleia Municipal** agradece a intervenção. Menciona que está a ver que o Município Marco Silva está novamente a pedir a palavra, mas não lhe poderá ser dada para debate, foram colocadas as três questões, o Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu, não havendo mais inscrições está terminada a intervenção do público.

389. Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida, votada e aprovada, por **unanimidade**, a minuta da ata, tendo o Presidente da Assembleia Municipal dado por encerrada a sessão quando eram 00 horas e 43 minutos do dia 6 de fevereiro de 2021.

O Presidente da Assembleia: _____



O 1.º Secretário: _____



Anexos

VOTO DE SAUDAÇÃO

PELA FORMA COMO DECORREU O PROCESSO ELEITORAL RELATIVO ÀS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS EM CONTEXTO DE PANDEMIA

No passado dia 24 de janeiro de 2021, a população portuguesa demonstrou a vontade de participar responsabilmente em mais um ato eleitoral, votando nas eleições presidenciais, num dos períodos mais complexos e difíceis de que há memória a nível sanitário.

Esta jornada eleitoral teve o seu início dias antes, a 17 de janeiro dia de voto antecipado, ao qual também se associou o voto em mobilidade e as votações dos cidadãos confinados ou retidos em diversos estabelecimentos.

No concelho de Vendas Novas tiveram a oportunidade de participar 4336 eleitores, representando cerca de 43,4% dos registos em caderno eleitoral, os quais no exercício do seu dever de cidadania, tiveram a oportunidade de escolher o mais alto magistrado da nação para os representar nos próximos 5 anos.

Mas, para que tal fosse possível, muito se deve ao exemplo de cidadania dos inúmeros cidadãos e trabalhadores da autarquia que prepararam e asseguraram a realização do ato eleitoral, através do seu trabalho ou integrando as mesas.

Todos, sem exceção contribuíram para que o processo eleitoral tivesse decorrido sem sobressaltos e em condições que garantiram a proteção da saúde de todos.

Assim, face ao exposto, a Bancada do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida, no dia 5 de fevereiro de 2021, por videoconferência, delibere, saudar:

1. Todos os participantes no processo eleitoral relativo às eleições presidenciais;
2. Os funcionários da Câmara Municipal de Vendas Novas e das Juntas de Freguesias da Landeira e de Vendas Novas, e;
3. Membros das mesas de voto.

Por último, que também delibere no sentido de se providenciar pela remessa do presente voto de saudação seja enviado à Câmara Municipal e às Juntas de Freguesia, para que estas o repassem, também, aos seus colaboradores que foram envolvidos no processo eleitoral em causa.

Vendas Novas, 5 de fevereiro de 2021

A Bancada do PSD na Assembleia Municipal de Vendas Novas



MOÇÃO
PANDEMIA – VOTO DE PESAR PELA PERDA DE VIDAS
HUMANAS E LOUVOR PELA DEDICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE
PRIMEIRA LINHA

Afastados que agora estamos de março de 2020, dificilmente conseguiríamos prever e dado o excepcional comportamento coletivo dos portugueses à data, que passaríamos em dezembro e janeiro últimos por uma tragédia tão grave e sem precedentes que assolou o nosso país. Hospitais transformaram-se em “campos de batalha” onde se degladiaram a vida e a morte, a resiliência e coragem dos profissionais de saúde contra a força poderosa de um vírus silencioso capaz de dizimar milhares de vidas em Portugal. Sim, foi e continua a ser uma guerra e temos de ter plena consciência que as perdas humanas não são substituíveis, que a economia sofrerá um abalo imenso e que demorarão anos a chegarmos a um patamar de recuperação sólido.

Importa agora que, felizmente, começamos gradualmente a ter os primeiros sinais positivos que indicam que chegamos ao achatamento da 3ª vaga de grandes contágios.

Mais do que nunca há heróis que têm de ser exaltados – os profissionais de saúde e segurança que na linha-da-frente, esqueceram as suas próprias vidas e rotinas e colocaram à frente de qualquer desígnio, o compromisso de uma vida – salvar outras tantas.

Estes heróis sem capa têm rosto – são os médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, cuidadores e funcionários de ERPI's, forças de segurança, bombeiros. Conhecemos muitos deles e sabemos as privações que passaram.

A Assembleia Municipal de Vendas Novas, reunida em sessão ordinária, a 5 de fevereiro de 2021, exulta estes profissionais, muitos deles também vendasnovenses, cujas vidas ficaram em suspenso e para segundo plano, em prol do outro e cujo reconhecimento de todo um país deve ser inequívoco. Apelamos ainda ao cumprimento de um minuto de silêncio pelas vítimas que Vendas Novas perdeu. Pais, avós, filhos desta terra cuja doença venceu. Por eles e pelos seus familiares, expressamos assim a nossa imensa dor e a solidariedade neste momento delicado.

A Bancada do Partido Socialista
Assembleia Municipal de Vendas Novas, 5 de fevereiro de 2021

MOÇÃO DE SAUDAÇÃO
CENTENÁRIO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Cem anos é uma data sempre emblemática. E o centésimo aniversário do mais antigo partido político português também o é. O Partido Comunista Português foi oficialmente fundado em 6 de Março de 1921, numa altura em que o Mundo – e Portugal – saía das convulsões geradas pela primeira guerra mundial. A vida partidária em democracia não durou muito e, cinco anos após a sua fundação, a instauração da Ditadura Militar do 28 de Maio de 1926 levou rapidamente à sua ilegalização. Não obstante, o Partido Comunista Português foi a primeira organização política a denominar o golpe de Estado do 28 de Maio como um golpe de um movimento fascista.

Mas, ao contrário de outros partidos políticos da altura, a vida do PCP não se extinguiu com a sua ilegalização. Nesse ano de 1926 começavam quarenta e oito anos de resistência anti-fascista na clandestinidade, e que em muitos casos levaria à prisão, tortura e morte de dirigentes, militantes ou simpatizantes comunistas. Uma dessas vozes que para sempre se calou nas paredes do Tarrafal foi o seu segundo Secretário-Geral, Bento Gonçalves.

Durante todo o regime fascista, que vigorou em Portugal entre 1926 e 1974, o Partido Comunista colaborou activamente pelo derrube da ditadura, bem como auxiliou as forças democráticas Espanholas na sua guerra civil contra o fascismo de Franco. Por cá as inflexíveis forças salazaristas continuavam a perseguição desenfreada a dirigentes e militantes, matando pelo caminho figuras que hoje todos lembramos: o artista José Dias Coelho, chacinado numa rua de Lisboa pela PIDE ou Catarina Eufémia, que tão bem representa as aspirações de muitos alentejanos da época. Mas lembramos ainda a prisão de Álvaro Cunha e de tantos outros comunistas, bem como as heróicas fugas das prisões políticas do Estado Novo.

Podemos, pois, afirmar que o PCP foi um elemento fundamental da resistência ao Estado Novo, da luta pela democracia, pela República e defensor da Constituição da República Portuguesa de 1976. Não podemos descrever o 25 de Abril sem falar do PCP.

Desde o eclodir da democracia, o Partido Comunista Português tem tido uma participação activa no panorama político nacional, regional e local.

Hoje, reunida a Assembleia Municipal de Vendas Novas, deixamos em tréguas as diferenças ideológicas, fazemos pausa dos importantes debates de ideias, abraçamos a cultura democrática do 25 de Abril e saudamos o centésimo aniversário do Partido Comunista Português.

Vendas Novas, 5 de Fevereiro de 2021

A bancada do Partido Socialista,

Proposta

A bancada da CDU apresenta uma proposta para ser votada, para que das minutas das actas das reuniões de Câmara Municipal enviadas a esta Assembleia Municipal, sejam anexadas as declarações de voto apresentadas pelos eleitos nas respectivas reuniões.

Vendas Novas 5 de Fevereiro de 2021



**O Concelho de Vendas Novas
Merece sempre mais e melhor!**



Proposta dos Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente

Sobre a deliberação do assunto **“3.1.2 Autorização para Contração de Empréstimo Bancário no montante máximo de 1.776.765 euros, para financiar o projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” (I35/2018)”**, da ordem do dia da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 20 de janeiro de 2021.

Na reunião ordinária da Câmara de Vendas Novas realizada, no dia 20 de janeiro de 2021, nós, Vereadores da CDU Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente, **apresentámos, sobre o assunto supra identificado, a seguinte proposta:**

Considerando que o ponto 2.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, **estipula que “o plano plurianual de investimentos (PPI) das autarquias locais, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela autarquia local e explicita a respectiva previsão de despesa” e acrescenta que no PPI “devem ser discriminados os projectos e acções que impliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos”.**

Considerando que o ponto 2.3.3 do POCAL, por sua vez, **estabelece que “só podem ser realizados os projectos e ou as acções inscritas no plano plurianual de investimentos” e até ao montante da dotação em «Financiamento definido para o ano em curso».**

Considerando que no **Plano Plurianual de Investimentos de 2021** do Município de Vendas Novas, aprovado por maioria na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 02 de dezembro de 2020, **não estão incluídos, discriminados e inscritos “os seguintes investimentos:” “Caminho Municipal 519 / Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 215.180 €; Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 160.828 €; Rua de Santo António (Bombel) – 125.643€; Loteamento da Afeiteira –176.689 €; Av. 25 de Abril e Rua José Pinto Ferreira (Vendas Novas) – 501.942 € e Estrada de Cabrela – 596.483 €.”**

Considerando que no **Plano Plurianual de Investimentos de 2021**, aprovado por maioria, **está incluído o projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” (I35/2018), mas não é feita qualquer nota ou referência a nenhuma das seis ações de investimentos supra identificadas.**

Considerando que na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 02 de dezembro de 2020, chamámos a atenção para o facto de **não ter sido feita, mais uma vez, uma programação rigorosa, transparente, completa, clara e de acordo com o POCAL nomeadamente com a identificação e a descrição concreta de todos e de cada um dos projetos e ações a realizar, em 2021, incluídos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI).**

Por isso e na citada reunião, referimos meramente a título de exemplo que está previsto, em 2021, a execução do projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” registado no PPI, mas **não sabemos** quais são os caminhos e/ou estradas que irão ser objeto da referida **requalificação e conservação** porque os **nomes** (identificação) dos mencionados caminhos e/ou estradas **não estão registados** no citado PPI.

Considerando que na reunião da Câmara de Vendas Novas realizada, no dia 14 de dezembro de 2020, afirmamos mais uma vez que as seis ações de investimentos acima identificadas não estão registadas e incluídas no projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária”. Por isso e para se cumprir o POCAL e resolver o problema, fizemos a **recomendação**, que não foi aceite pela maioria da Câmara, **de se fazer e aprovar uma pequena revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2021**, o que era fácil e rápido, **para registar e incluir as 6 ações de investimentos** supra no projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária”.

Considerando que a **execução das seis ações de investimentos**, que já deviam estar executadas, já referidas **irão melhorar a vida das populações** e ajudar o progresso do nosso Concelho.

Considerando que os 7 membros da Câmara de Vendas Novas, o Presidente, as Vereadoras e os Vereadores, **não podem fazer o que querem, entendem e lhes apetece, têm a obrigação legal**, no exercício das suas importantes funções municipais, **de defender, cumprir e fazer cumprir os direitos, normas e princípios** insertos na Constituição da República Portuguesa e nas Leis vigentes no Estado de direito democrático em que vivemos a que acresce a obrigatoriedade de justificarem e de fundamentarem, de facto e de direito, todos os atos praticados.

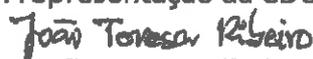
Com fundamento no acima exposto e para se cumprir os princípios do rigor, da transparência, da clareza e em especial os pontos 2.3.1 e 2.3.3 do POCAL, a **Câmara Municipal de Vendas Novas**, na sua reunião ordinária realizada a 20 de janeiro de 2021, **delibera**:

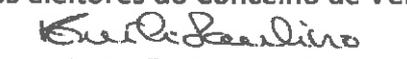
Incluir na ordem do dia, da próxima reunião ordinária a realizar no dia 3 de fevereiro de 2021, os seguintes assuntos:

- 1.ª revisão do Plano Plurianual de Investimentos de 2021-2025 para registar, discriminar e incluir no projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” (I35/2018) as seguintes seis ações de investimentos:** “Caminho Municipal 519 / Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 215.180 €; Caminho Municipal 1059 - troço 1 – 160.828 €; Rua de Santo António (Bombel) – 125.643€; Loteamento da Afeiteira –176.689 €; Av. 25 de Abril e Rua José Pinto Ferreira (Vendas Novas) – 501.942 €; Estrada de Cabrela – 596.483 €.”
- 2. Autorização para Contração de Empréstimo Bancário no montante máximo de 1.776.765 euros, para financiar o projeto “Requalificação e Conservação da Rede Viária” (I35/2018);**

Vendas Novas, 20 de janeiro de 2021

O Vereador e a Vereadora da Câmara Municipal de Vendas Novas,
Eleitos em representação da CDU e dos eleitores do Concelho de Vendas Novas


João Teresa Ribeiro


Maria Emília Vicente Paulino

Nota: Os Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente **defendem e requerem**, no exercício dos seus direitos e cumprimento das suas funções autárquicas, nomeadamente que a presente **proposta fique registado**, na íntegra, **ou anexada**, ou seja, **acompanhe sempre a Ata** da reunião da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada hoje, no dia 20 de janeiro de 2021.

